



# Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; PDT – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 40.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1994  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Caíto Quintana, José Afonso Júnior e Nelson Justus (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 018/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92, item 06 (seis), constan-

Curitiba, terça, em 10.05.94

te na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque de votação para a Proposição nº 105/93, referente ao Veto apostado ao Projeto de Lei nº 021/93, de minha autoria, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, destaque de votação à Proposição nº 015/94, referente ao Veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93, de minha autoria, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque de votação para a Proposição nº 116/93, referente ao Projeto de Lei nº 250/93.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque de votação para a Proposição nº 095/93, referente ao Projeto de Lei nº 296/93.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 089/93, apostado ao Projeto de Lei nº 053/93; 095/93, apostado ao Projeto de Lei nº 296/93; 105/93, apostado ao Projeto de Lei nº 021/93; 116/93, apostado ao Projeto de Lei nº 250/93; 015/94, apostado ao Projeto de Lei nº 565/93; 018/94, apostado ao Projeto de Lei nº 084/92 e

029/94, aposto ao Projeto de Lei nº 480/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, itens 1 a 7.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aquiescência do Augusto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Leida Ana dos Reis, ocorrido no último dia 07 de maio, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

A senhora Leida foi uma esposa exemplar e mãe dedicada e era uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos. O seu passamento consternou profundamente a sociedade rondonense.

Do aprovado, requer que seja dada ciência à família enlutada em nome do esposo Júlio de Deus dos Reis, à Rua Rio de Janeiro, 1493 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Augusto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Cônsul-Geral da Alemanha em Curitiba, apresentando as condolências deste Poder ao Governo alemão pela morte do historia-

dor, político e professor Hermann Görden, ocorrida na última terça-feira, dia 03 de maio, na Cidade de Bonn.

Do aprovado requer encaminhamento de cópia à representante da Lateinamerika Zentrum, senhora Ivete Terezinha Mion Bodaczny, à Rua Bom Jesus, 266 - 14º andar - Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Alemanha perdeu na semana passada, um dos seus mais ilustres homens públicos, o professor Hermann Görden.

Intimamente ligado ao Brasil, tendo aqui permanecido de 1941 a 1954, e não interrompendo as ligações mesmo de retorno à terra natal, ficou conhecido em seu País como "o amigo do Brasil na Alemanha".

Presidente da Sociedade Teuto-Brasileira, do Centro América Latina (Lateinamerika Zentrum) e editor dos Cadernos Germano-Brasileiros, o professor Görden foi uma fonte inesgotável de informações e testemunhos das mudanças e transformações ocorridas no último quarto de século.

Na presidência da Sociedade Teuto-Brasileira e do Centro América Latina exerceu atividades de pleno sucesso e de valor permanente para o Brasil e as relações entre os dois países. Sob o seu referendo milhares de projetos de desenvolvimento foram aprovados e concedidos por instituições alemãs de ajuda, liberando somas substanciais para projetos sociais no Brasil e na América Latina.

O Paraná também foi beneficiado pela obra do professor Görden. Por sua ação e intermediação, muitas entidades sociais foram beneficiadas, destacando-se: Associação do Hemofílicos do Paraná; Associação Paranaense de Neoplasia; Escola Professora Ruth Junqueira, de Curitiba; Associação de Pais e Mestres de Lupionópolis; Centro de Atividades Infanto-Juvenil de Pato Branco; Escola Oficina Eletrotécnica de Palotina e Guarda-Mirim de Arapoti.

Inúmeras são as condecorações e homenagens de reconhecimento recebidas tanto no Brasil como na Alemanha, pelo seu trabalho comunitário. As quais são provas inquestionáveis da plena compreensão do que realizou: é Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Paraná e do Ceará; Professor da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e de Juiz de Fora (MG); do Governo Brasileiro recebeu a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul; da Academia Brasileira de Letras, a Medalha de Machado de Assis; do Mérito Cidade do Recife; do Mérito da Cidade de Belém; do Mérito do Estado de Pernambuco; entre outras.

Em 1978 o Governo Federal de Bonn lhe concedeu a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Federal.

REQUERIMENTO N° 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição na Ata da Sessão de hoje, desta Casa Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 03 do corrente mês, na Cidade de Bonn, Alemanha, do historiador e Cidadão Honorário do Paraná, Senhor Hermann Görgen.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento da decisão desta Casa ao Consulado Geral da Alemanha em Curitiba, na pessoa de Sua Excelência o Senhor Cônsul-Geral Dieter Hertrampf.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A figura de Hermann Görgen é daquelas que não se pode esquecer. Tanto fez ele pelo entrelaçamento cada vez maior das relações entre Brasil e Alemanha, seu País, que seu trabalho há de permanecer para sempre, produzindo bons frutos.

Por isso, sensibilizados com o falecimento desse ilustre cidadão, ocorrido no último dia 3 deste mês de maio, em Bonn, na Alemanha, não podemos deixar de fazer este registro.

Hermann Görgen veio para o Brasil em 1941, com um grupo de 45 refugiados que fugiam das perseguições do nazismo. Radicando-se em Minas Gerais, logo fez grandes amizades, mostrando que nascia ali um relacionamento rico e proveitoso. Em 1954, ele retornou ao seu País, mas a amizade continuou. Na Alemanha ele realizou muito para aprofundar o relacionamento entre Brasil e Alemanha. E de lá, ele escrevia com grande regularidade, passando a colaborar com os jornais "Gazeta do Povo" e "Folha de Londrina", entre outros. Seus artigos despertavam sempre grande interesse, pois demonstravam grande conhecimento acerca dos problemas e das aspirações comuns.

Por tudo o que fez, este Legislativo, numa iniciativa do então Deputado Fabiano Braga Cortes, concedeu-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná, através da Lei n° 6.245/71, de 04.11.71. A entrega ocorreu em 23 de maio de 1972. Posteriormente, foi distinguido também com o título de cidadania honorária de Londrina.

Görgen escreveu vários livros, historiador, filósofo, cientista político e empreendedor que era. Deixou ainda, participação em muitas conquistas para nosso País. Uma delas, o Centro de Informática para Deficientes Visuais, que funciona em Curitiba e cuja semente foi por ele lançada.

Exatamente por isso, Senhoras e Senhores Deputados, estou certo que esta Casa

Curitiba, terça, em 10.05.94

compartilha dos sentimentos de pesar pela perda de Hermann Görgen, expressando, em consequência, ao Governo e ao povo da Alemanha, as mais sinceras condolências.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 158/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

APAE. É por demais fácil falar e defender essa instituição. O trabalho gratuito desenvolvido por este Órgão é largamente conhecido por todos. Sua luta em prol dos excepcionais é gigantesca e merece a atenção especial de todas as famílias, inclusive daquelas que têm a felicidade de possuir filhos sadios, sem qualquer desvio mental.

Ressalte-se que as APAE's sobrevivem graças às contribuições das comunidades e parques recursos da LBA e por essa razão a maioria delas se encontra inadimplente, especialmente com a Previdência Social, posto que, embora a Diretoria dessas instituições não seja remunerada, há necessidade da contratação de um quadro técnico, composto por professores especializados, psicólogos, assistentes sociais e motoristas, que gera enorme despesa.

Assim sendo, faz-se necessário o apoio total do poder público, para que continuem prestando os relevantes trabalhos a favor dos deficientes em geral e dos oriundos de famílias carentes em particular.

É, pois, questão de reconhecimento e de justiça, que aprovemos este projeto.

PROJETO DE LEI N° 159/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná - ASFA/PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 09 de outubro de 1992, com sede e foro nesta Capital, a Associação dos Servidores Federais Aposentados - Paraná - ASFA/PR, é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 4º Ofício de Curitiba, sob o nº 2.013, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1993.

A ASFA/PR tem como finalidade precípua congregar e representar coletiva e individualmente perante as autoridades administrativas e judiciárias os servidores federais aposentados dos três Poderes da União e das entidades autárquicas e paraestatais, além de incumbir-lhes outras tarefas elencadas no artigo 3º de seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar o mérito da ASFA/PR para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem conduzido a representação dos servidores federais aposentados no Paraná.

## PROJETO DE LEI Nº 160/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Alto Planta Paraiso, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de setembro de 1979, com sede e foro nesta Capital, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Alto Planta Paraiso, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinado em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício de Curitiba, sob o nº 6457, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação tem como finalidade precípua congregar os moradores e amigos da referida localidade, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus interesses e direitos, além de desempenhar aquelas outras tarefas elencadas no artigo

3º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem conduzido a representação dos moradores do Bairro Alto Planta Paraiso, nesta Capital, sendo responsável por importantes conquistas para aquela região.

## PROJETO DE LEI Nº 161/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ouro Verde, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de setembro de 1979, com sede e foro nesta Capital, a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ouro Verde, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinado em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício de Curitiba, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação tem como finalidade precípua congregar os moradores e amigos da referida localidade, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus interesses e direitos, além de desempenhar aquelas outras tarefas elencadas no artigo 3º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem conduzido a representação dos moradores da Vila Ouro Verde, Bairro Uberaba, nesta Capital, sendo responsável por importantes conquistas para aquela região.

## PROJETO DE LEI Nº 162/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Doutora Zilda Arns Neumann.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Ovídio Constantino, Dalton Machuca, Doutor Rosinha, Mário Bezerra e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann, detentora de oito especializações, no Brasil e exterior, a maioria na área de saúde pública e pediatria social; de prêmios e menções beneméritas concedidas em sua maior parte por organismos internacionais, dedica-se desde 1955, isto é, 4 (quatro) anos antes de concluir o curso de Medicina pela Universidade Federal do Paraná, a crianças carentes e à assistência materno-infantil.

Sua participação em diversos setores de saúde, como atesta o "curriculum vitae" em anexo, foi marcada, indelévelmente, pelo talento, pela coragem em abrir novos caminhos, pela persistência e dedicação. Cada instituição que dirigiu a elevou à categoria de modelo brasileiro de assistência materno infantil, mérito reconhecido por organizações científicas, nacionais e internacionais, inclusive pelo nosso Ministério da Saúde.

Evidente que a sua atuação não se restringe às crianças e suas mães, pois ela planeja, executa e acompanha atividades na área de nutrição (aleitamento materno, hortas comunitárias e domiciliares, utilização da soja na alimentação, etc), de saneamento básico, especialmente dirigido às escolas, imunizações de gestantes e crianças em idade escolar, reorganizando postos de saúde, com programas voltados à necessidade da região, e também com a utilização de recursos naturais e conhecidos do pessoal carente, priorizando ações básicas.

Essas ações básicas na área de saúde, nutrição e educação só poderiam resultar numa coisa maior. Tão maior, que a Doutora Zilda ao ser convidada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com apoio da UNICEF, a trabalhar com a Igreja, visando a sobrevivência infantil, discutiu, planejou e acabou por fundar a Pastoral da Criança. Hoje após oito anos de fundação, a Pastoral está implantada em todo território brasileiro, em 26 Estados, 1559 municípios, 215 Dioceses, 2.376 Paróquias, 12.679 comunidades, beneficiando 868.589 famílias, 74.835 gestantes, 1.365.602 crianças menores de 6 (seis) anos.

Graças ao acompanhamento pela Pastoral nas comunidades, de 1989 para cá a mortalidade por mil menores de 1 (um) ano reduziu de 53 para 29 crianças.

Por tudo isto, a entidade foi escolhida entre as seis melhores experiências internacionais em saúde e nutrição comunitárias pela INPF - International Nutrition Planners Forum, Fifth International Conference, tendo apresentado seus trabalhos em Seul, Coreia.

Em 1991, recebeu o Prêmio UNICEF, reconhecendo a Pastoral da Criança como melhor serviço de saúde e nutrição comunitária do Brasil.

No ano seguinte recebeu o Prêmio dos Direitos Humanos da República Francesa "Liberté-Egalité-Fraternité" de prevenção da violência infantil. Em 1993 recebeu menção honrosa da UNICEF quando da concessão do Prêmio Maurice Pate 1993 ao Governo do Ceará em reconhecimento à expressiva redução da mortalidade infantil em todo o Estado. A menção foi pela participação da Pastoral nesta conquista governamental que ganhou notoriedade internacional. Neste ano de 1993 começou a ser reconhecida e premiada pelas sociedades brasileiras, como atesta o briefing em anexo.

Daqui de Curitiba, Doutora Zilda coordena nacionalmente as ações da Pastoral, pois a sede nacional situa-se à Rua Pasteur, 279. Todavia, até hoje esta cidade, as autoridades e seus ilustres representantes não atentaram para sua nobre habitante, bem como para a rede de solidariedade de mais de 60 mil pessoas que trabalham voluntariamente em todo o Brasil no combate à desnutrição e mortalidade infantil, buscando a melhoria da qualidade de vida das crianças brasileiras.

Doutora Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança, vinculada a Conferência dos Bispos do Brasil é a nossa ilustre homenageada. Homenagem que se estende aos nobres voluntários que mantêm a vida de nossos mais puro ser: a criança brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 163/94

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Braganey, com sede e foro no Município de Braganey.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade sem fins lucrativos que visa desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro de um conceito familiar, nas áreas de educação, saúde, nutrição,

saneamento e aspectos legais, merecendo assim o apoio dos nobres Pares desta Casa para aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, nesta semana os principais institutos de opinião pública do País divulgam a pesquisa para a Presidência da República do pleito do próximo dia 03 de outubro. Os dados são muito claros e demonstram que se não houver fatos políticos novos Lula será Presidente da República, já consagrado ainda no 1º turno das eleições. Concorrem, ao nosso ver, para essa situação o afundamento da Arca de Noé, com a qual Fernando Henrique Cardoso pretendia salvar as velhas raposas da política brasileira. A opinião pública demonstrou que não aceita, e não aceitará, alianças meramente eleitoreiras vinculadas com Partidos de tradição fisiológicas, cuja única contribuição para a Política brasileira foi a de demonstrar que infelizmente parte considerável da classe política brasileira vê a política como um negócio particular, e não como uma elevada função para servir a sociedade. Aliança com o PFL não está sendo aceita pela sociedade, o Vice muito menos, além de ser de Alagoas foi padrinho político do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, e agora quando se abre as páginas da trajetória política daquele cidadão começa a se comprovar que o mesmo pertencia a turma do toma lá dá cá, que durante o Governo Sarney trocava os votos a favor de um mandato de cinco anos por rádios e canais de televisão. Além disso o plano anunciado de estabilização econômica de Fernando Henrique Cardoso está cada vez mais parecido com o Plano Cruzado: as tais reformas estruturais que permitiriam a estabilização definitiva da moeda brasileira de fato não ocorreram, subsistiu apenas um fundo social, que de social nada tem porque tirou recursos exatamente daquelas políticas que poderiam minimizar o impacto do desemprego e da recessão que o plano vem acarretando. E agora o plano praticamente se concentra apenas na substituição do já tão surrado cruzeiro real por uma nova moeda, o real. E o que é mais grave: A população começa a perceber o caráter cada vez mais eleitoreiro desse plano. Um plano que vai substituir a moeda exatamente a partir do dia 1º de julho, que vai lastrear esta moeda nas reservas internacionais de dólares que o País detém, e que possivelmente na mente dos condutores da política econô-

mica e da campanha de Fernando Henrique Cardoso, essas reservas serão suficientes para segurar os preços em patamares aceitáveis pela opinião pública, até as eleições.

Depois disso certamente o País estará sem reservas cambiais, com uma moeda extremamente frágil...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulto se V.Exa. fará uso do Horário do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Vou utilizar, Senhor Presidente.

Então são nessas águas que afunda a Arca de Noé, do Senhor Henrique Cardoso.

Mas os ratos já começam a pular do navio. Alguns já vêm, a própria Rede Globo, uma parte importante do PFL, que a tábua de salvação pudesse ser o ex-Presidente José Sarney.

Seria cômico se não fosse trágico, este cidadão ainda se apresentar como postulante à Presidência da República.

Ficou no governo por 5 anos, promovendo a conciliação de interesses espúrios entre a velha classe política que dava sustentação a ditadura militar e a sede de poder dos integrantes de uma boa parte do MDB.

Foi um governo marcado pelo fisiologismo, pelo grande calote eleitoral do Plano Cruzado, foi um governo que entregou a economia em frangalhos ao seu sucessor e ainda pretende novamente voltar ao poder.

É por essas e outras que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva a cada dia que passa se transforma na grande alternativa que o povo brasileiro tem.

Nós aceitamos os índices de opinião pública com humildade. Não vamos aqui cantar vitória. Não vamos aqui nos empolgar com esses dados, porque sabemos que a campanha nem começou. Porque sabemos dos interesses que estão em jogo nestas eleições.

O capital financeiro, o capital especulativo, os grandes esquemas que até hoje sugam o Estado brasileiro, o capitalismo cartorial, os esquemas de corrupção, todos eles certamente se levantarão para tentar impedir a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas essa vitória não é necessária para o PT, no nosso entendimento, pelo quadro conjuntural, pelas candidaturas que estão postas, pelos arranjos que estão se fazendo, demonstra-se que a única alternativa para a sociedade brasileira poder se libertar dos métodos escusos, viciados de se fazer política neste País passa necessariamente pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Será a ruptura democrática com toda

tradição de conciliação que as elites brasileiras já fizeram. Será a única candidatura em condições de impor as reformas estruturais, de valorizar o capital produtivo, de incorporar milhões de brasileiros no mercado de consumo, de trazer novamente o desenvolvimento econômico baseado numa política de distribuição de renda, um crescimento econômico que seja ao mesmo tempo independente das grandes nações, que seja auto-sustentável e que fira com golpe mortal os interesses do capital especulativo dos grandes oligopólios e das grandes corporações que dominam a política e a economia brasileira.

É por isso que nós, diante dessa situação queremos conclamar as lideranças políticas do Paraná, os homens que fazem política com os olhos voltados ao povo, ao futuro deste País, que nós do PT não pretendemos levar esta campanha apenas pelo nosso próprio esforço, não queremos a vitória de Lula apenas para que o PT possa tomar o Poder em suas mãos e excluir outras forças democráticas e progressistas da sociedade. Muito pelo contrário, talvez seja fácil ganhar eleições, temos disso a consciência clara, mas teremos que ter apoios importantes e fundamentais em outras forças políticas, em outros setores sociais, para que possamos implantar projeto de profundas reformas estruturais que a sociedade brasileira há tanto tempo espera e que não pode mais ser adiado!

É nesse sentido, por exemplo, que queremos saudar o posicionamento lúcido, corajoso, do Prefeito de Maringá, Said Ferreira que nesta semana anuncia a sua participação, seu engajamento na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Estaremos na próxima quinta-feira em Maringá, para lançamento do comitê extra-partidário de apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. E lá estará não apenas o PT, o Prefeito de Londrina, liderança dos Partidos que compõem a Frente conosco, mas teremos também a presença de Said Ferreira. Não se trata apenas de uma pessoa importante, de um político, de um Prefeito de uma Cidade grande como Maringá, mas o que, no nosso entendimento está por trás desta decisão, é exatamente o fato de que um político egresso do antigo MDB, que teve uma trajetória de lutas, por mudanças por transformações na sociedade brasileira, retoma agora o fio da sua história, e com esta decisão segue coerente com a única alternativa que resta ao povo brasileiro para que tenhamos mudanças!

O Prefeito de Maringá nada pediu, nada lhe será dado. O que seu gesto contempla, na verdade, é uma decisão cívica, é um compromisso maior com o povo de seu País. E nós queremos, neste momento conclamar e temos certeza de que este exemplo passará

Curitiba, terça, em 10.05.94

a ser seguido por diversas lideranças. Queremos conclamar, inclusive muitos dos Srs. Deputados que nesta Casa têm o compromisso popular, que têm uma postura democrática, uma postura vinculada à defesa...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Seu tempo está esgotado, nobre Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Solicito um minuto para poder conceder o aparte ao nobre líder do PP.

O Sr. Nilton Barbosa - Só quero cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento que faz e concordar no que diz respeito ao Prefeito de Maringá, Dr. Said Ferreira, que com a sua seriedade, com a sua postura política toma uma decisão saindo totalmente fora daquilo que políticos falavam do seu comportamento.

Ele manifestou, de fato, apoio à candidatura do Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, bem como manifestou também não só o apoio do ex-Governador Álvaro Dias e Governador do Paraná, como será coordenador da macro-região do Noroeste do Estado. V.Exa. tem razão e ele continua mostrando que é um político sério, um político que toma decisões na hora certa e nas horas incertas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mesmo instante que hoje chegam à Curitiba provavelmente mais de mil trabalhadores sem terras que já acamparam nos primeiros minutos da madrugada de hoje no Parque Barigüi, e que deverão estar nesse momento fazendo gestões junto ao Governo do Estado, e provavelmente venham a essa Assembleia nos próximos minutos, se faz necessário que se registre, também, paralela a esta situação e demonstrando o abandono que o Estado do Paraná se encontra na área do campo, onde lamentavelmente os últimos governos não tiveram projetos alternativos para manter o homem do campo no seu "habitat" comum, fazendo com que as cidades venham inchar, especialmente a capital do Estado. Não só Curitiba mas as capitais brasileiras sofrem esse inchaço e aqui a Região Metropolitana de Curitiba é a que está sofrendo toda essa consequência.

Dizia, então, que oportuno se faz o registro, hoje, do nascimento de mais um órgão de comunicação numa ação corajosa do jornalista Germano José de Oliveira que lança o Jornal "A Gazeta Metropolitana", e



que traz exatamente na sua primeira página um chamamento de atenção dos bolsões de pobreza da região metropolitana quando traz a Manchete: "Mais de trinta mil famílias estão sem teto na Região Metropolitana de Curitiba. (Lê):

**"MAIS DE 30 MIL FAMÍLIAS  
ESTÃO SEM TETO NA RMC**

Ninguém sabe ao certo quais são os números reais. Podem ser 30, 50 ou 100 mil, as famílias que moram em barracos, casebres ou em abrigos improvisados em áreas impróprias para a habitação, na Região Metropolitana de Curitiba. Um verdadeiro cinturão de miséria se formou ao longo dos últimos 20 anos, numa explosão demográfica incontrolável, deixando impotentes as ações das prefeituras municipais para minimizar o sofrimento dessas famílias. Muito foi feito em termos de urbanização de favelas, em implantação de infra-estrutura, em saneamento básico, mas muito mais ainda há para se fazer. O assunto é tema constante das discussões dos prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba, reunidos pela ASSOMEC. Na última sexta-feira (29/04), nas dependências da Câmara Municipal de Balsa Nova, os prefeitos decidiram realizar um completo levantamento da situação, para que as ações dos municípios, juntamente com o Governo do Estado, sejam decisivas para combater o déficit habitacional na região e gerar novos empregos, para melhorar a renda e a qualidade de vida da população. A localização de indústrias nos municípios de maior densidade populacional é outra das reivindicações dos prefeitos, para que as cidades da RMC não sejam apenas dormitórios dos operários que trabalham em Curitiba. A questão do transporte coletivo metropolitano, é outra das prioridades discutidas pelos prefeitos.

**UNIÃO FAZ A FORÇA**

Muitos e graves são os problemas enfrentados pelos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Ponto de convergência dos migrantes expulsos do Campo pela crise econômica, a região sofreu uma verdadeira explosão demográfica, nos últimos anos. A velocidade de crescimento da população foi muitas vezes maior do que a capacidade de adaptação das prefeituras municipais, o que gerou um verdadeiro cinturão de miséria, em torno de Curitiba e dos municípios vizinhos.

Durante as duas últimas décadas, os prefeitos dos municípios da RMC vêm lutando para minimizar o sofrimento da população que migrou do campo em busca de dias melhores, embalada no sonho de que, na Capital, tudo seria mais fácil. Sem qualificação profissional e sem recursos, estas famílias acabaram se obrigando a habitar em choupanas à beira das estradas e em

terrenos baldios na periferia das cidades.

Os bolsões de miséria cresceram e se multiplicaram, e com eles a violência, os problemas de saúde, a falta de saneamento básico, de transporte, de empregos. Aos poucos, os migrantes foram sendo expulsos das favelas localizadas mais próximas dos perímetros urbanos, pela força da especulação imobiliária, pelas dificuldades que enfrentavam e até mesmo porque um percentual desses cidadãos acabou sendo bem sucedido, progredindo economicamente.

Mas a maioria acabou inchando os limites dos municípios vizinhos a Curitiba, ao ponto de transformar alguns desses municípios, em verdadeiras 'cidades-dormitórios'. Isso porque o trabalhador, para baratear o custo da moradia, construiu o barraco da sua família em áreas impróprias para a habitação e, por isso, desvalorizadas, muitas vezes esquecidas pelos seus proprietários ou pelos poderes públicos.

Lutando particularmente, para resolver a situação, cada município da Região não conseguiu. Hoje, com a união de todos, através da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

- ASSOMEC, muitas das questões comuns começam a ser equacionadas. A união de todos, mais cedo ou mais tarde, acabará encontrando a solução para os principais problemas que a região enfrenta, a falta de moradias para mais de 30 mil famílias. Moradias que devem ser construídas em áreas urbanizadas, com infra-estrutura, saneamento básico, escolas, postos de saúde e transporte coletivo fácil e barato. Este é o retrato da Região Metropolitana de Curitiba que sofre como consequência da falta de um projeto mais eficaz dos últimos governos que passaram pelo Palácio Iguazu. A tecnologia chegou ao campo, as máquinas tomaram o espaço do homem, mas não se encontrou uma alternativa para isso, não se procurou achar uma outra solução para que esta mão-de-obra não qualificada, que veio para a cidade grande, pudesse, evidentemente lá permanecendo, encontrar outra alternativa. Lamentavelmente o Paraná vive alguns momentos de glória, quando fala na super safra de grãos e sempre batendo o recorde, mas o que é que adianta para nós paranaenses, esta super safra de grãos? Me parece que é muito mais importante para o proprietário, para o grande agricultor que tem toda essa tecnologia à sua disposição, que tem estes grãos transportados pelas estradas do Paraná ao Porto de Paranaguá e lá vai para São Paulo para a sua industrialização. O que é que fica na região? O que é que fica na região onde é utilizado esta terra fértil deste Estado do Paraná? Lamentavelmente pouco ou quase nada, porque este

grande agricultor nada investe na região, a não ser usar uma escassez de mão-de-obra, porque hoje a tecnologia está lá para fazer o seu trabalho. De resto, praticamente nada investe naquela região. Não investe nem no seu próprio Estado. Ele pega todo este lucro extraordinário das super safras, da safra extraordinária, do recorde da safra de grãos e o que é que faz? Vai aplicar na compra de áreas no Mato Grosso do Sul ou vai comprar apartamento de cobertura no Rio de Janeiro. Aqui no Paraná praticamente nada fica e lá na região onde ele tem a sua grande área, praticamente também fica nada.

Este é um processo criminoso que se aplica no Estado do Paraná. Este Estado do Paraná de terras férteis, de terras que o que se jogar dá, o que jogar, planta, vai colher, mas que lamentavelmente os lucros desta colheita quase nada ficam no Estado do Paraná. Por isso é preciso que o governo do Estado do Paraná urgentemente encontre uma solução para isso. Não podemos apenas oferecer a terra para o grande agricultor em detrimento ao pequeno agricultor que não tem incentivos fiscais, que não tem créditos rurais para poder sobreviver e se obriga de repente, a vender um pequeno terreno que ele tem, um pequeno sítio que ele tem na sua cidade, vender por uma bagatela, ou, quem sabe, espremido pelo grande lavrador que começa a chegar na divisa do seu terreno, ele se obriga a vender e vir para a cidade grande e aqui perder a sua identidade como homem de trabalho, de mãos calejadas, que muito contribuiu e que muito ajudou este Paraná e que agora fica aqui esmolando na grande cidade.

Por isso, Senhor Presidente, esta é a situação lamentável que ocorre no Estado do Paraná e que resulta nos bolsões de pobreza aqui na capital do Estado, no mesmo instante em que vemos as galerias da Assembléia, receber os "Sem-terra" aqui. Nós os saudamos e a Bancada do PDT está solidária com os Senhores e com as Senhoras, por esta falta de uma melhor estrutura no Estado do Paraná, da política agrícola do governo federal, que tem grandes incentivos para os grandes agricultores e para os pequenos e médios, praticamente nada, porque se arriscam a pegar o incentivo, um crédito rural, um crédito para a sua agricultura, acabam depois, tendo que vender o que não tem, para pagar o juro bancário.

Por isso, quando eu faço aqui a menção da existência hoje de mais um órgão de comunicação, nós como homem de comunicação, nos sentimos orgulhosos também, porque é mais uma fonte de informação, é mais um canal que se abre para mostrar não apenas os problemas, mas também para dizer que

algumas soluções são tomadas e estas soluções terão que vir o mais rapidamente possível através do campo. Hoje, 72% da população brasileira já está morando na área urbana. Apenas 28% está na área rural. Com que incentivo permanecer esta gente lá na sua cidade, lá na sua terra? Com que incentivo? Passando fome, o filho crescendo e querendo melhorar a sua condição de vida, vem para a cidade grande e não volta mais e com isso -, vem também o pai, vem a mãe, vem a família toda e nós vamos perdendo esta grande e extraordinária qualidade que tem o Estado do Paraná com as suas terras.

Recentemente mostraram-se dois municípios que foram criados na época áurea do café, aqui no Paraná, municípios com ruas asfaltadas, com ruas com paralelepípedo, com Câmara de Vereadores, com Prefeitura, e que hoje não moram mais do que 40 pessoas. O povo foi embora, viraram cidades fantasmas. Por quê? Porque não se achou alternativa. Quer dizer, o Paraná não pode viver somente das safras. Foi a safra da erva-mate, foi a safra do café, agora é a safra do soja e qual será a próxima safra? Este Estado tem demais, tem muita potencialidade que infelizmente não foi descoberta pelos homens que dirigem o Estado do Paraná e é por isso que eu acredito que com o companheiro Jaime Lerner, no governo do Estado do Paraná, nós haveremos de descobrir essas potencialidades com criatividade, fazer este Estado realmente se acordar para uma economia extraordinária que possa evitar que tantos pais de família acabem tendo que abandonar a sua terra, o seu pequeno sítio, vender a sua vaquinha, o seu cavalo, o seu cabrito, as suas galinhas e vir aqui morar em bolsões de pobreza na capital do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti - Fará uso do pequeno expediente e do horário da liderança do PTB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje a Ordem do Dia tem uma série de vetos que eu confesso aos Senhores que eu não consigo entender. Não passa pela minha cabeça o porquê do veto, quando os Senhores Deputados presentes nesse Parlamento, estão aqui cada qual com os seus sonhos, com as suas idéias, com a sua vontade de contribuir, seja para o governo do PMDB, do PDT, do PT, do PTB, de qualquer que seja a sigla partidária, porque eu tenho uma filosofia: não é partido político que faz o político. É o político que faz o partido político. O político que tem vergonha na cara, que tem decência, que tem um programa sério a

seguir, que tem uma plataforma séria a seguir, não é Partido político, é o político em si que tem que fazer cumprir os Estatutos do seu Partido, que tem que fazer cumprir a sua plataforma de Governo. E quando eu vejo aqui um projeto que cria, Deputado Colombino, um distrito industrial na região de Cianorte, do Deputado Mário Bezerra, procurando atrair indústrias, atrair geração de empregos para que o homem possa trabalhar. Quando vejo um projeto do Deputado Toti Colaço criando o sistema da casa rural no campo, levando, autorizando os Senhores, iluminando a cabeça do senhor que está no Palácio Iguazu, iluminando a cabeça dele que nós temos que levar para o campo a casa rural, dar para o trabalhador do campo as mínimas condições para que ele tenha onde morar e atrás dessa casa rural subsidiar o agricultor para que ele possa plantar, como disse o Deputado Ernani Pudell, como disse o Deputado Algaci Túlio.

Ora, meu Deus, vetar um projeto que autoriza o Governo a implantar um projeto de ação social para o agricultor que está abandonado, rasgado nos seus direitos constitucionais? Deputado Paulo Maia, eu não entendo, eu não entendo, quando um Deputado vem aqui, gera idéias para o Governo do Estado do Paraná. Meu Deus do Céu, será que eu sou burro? O Deputado Toti Colaço está pedindo ao Governo do Estado do Paraná, aliás estava pedindo ao ex-Governador o ditador, porque para ele nenhum projeto servia, ele era o dono da verdade. Não estou falando pelas costas, não. Eu falo na cara também. Não falo pelas costas, não. Eu falo na cara também, entendeu? O problema é o seguinte: todos os projetos que estão aqui, o Deputado Toti Colaço me elabora um projeto de fundamental importância, gerando ação social no campo, dando condições para que o trabalhador da zona rural tenha condições de ter uma casa para morar, uma casa com banheiro, com sala, com cozinha e que ele na colheita ele possa pagar através daquilo que ele vai colher no campo e eu vejo que o projeto vai ser vetado. Não adianta, nós vamos perder! Não adianta! Eu gostaria de não perder, Deputado Toti Colaço, porque esse projeto não é meu, mas é de todo o Parlamento, porque, não adianta eu ter um projeto se os senhores não votarem comigo. Não adianta. Deputado Toti Colaço, o senhor ter um projeto se todos os 53 Deputados não votarem com o Senhor. Quer dizer, esse seu projeto para mim é de um alcance social de alta envergadura.

Agora, eu não entendo, eu vi na Gazeta Metropolitana do jornalista Germano José de Oliveira, comentei no meu programa de televisão, comentei em rede nacional para o Brasil inteiro, para São Paulo, para o

Rio, para onde chega a minha rede, para todo o Brasil eu mostrei esta Gazeta que aqui na região metropolitana, eu falo da região porque eu tive voto em todas estas regiões, aliás eu tive voto em todo o Paraná e eu tenho o direito, porque onde tiver um voto eu tenho a obrigação com este voto, eu tenho obrigação de gritar por liberdade por esse homem ou a mulher que votou em mim.

Agora, veja bem, aqui na região metropolitana, diz aqui na Gazeta Metropolitana, que mais de cem mil pessoas estão na mais completa miséria, Senhores, estão sem casa para morar, não tem um banheiro para urinar ou para defecar, não tem emprego. Eu via na televisão a bandeira do Paraná dizendo que aqui todo mundo tem casa para morar, que a panela está cheia, mas eu não entendo o contraste, entendeu, eu não entendo, se a Gazeta Metropolitana me faz uma denúncia dessa que mais de cem mil pessoas estão na mais completa miséria na região metropolitana na Capital do Estado do Paraná, como já disse aqui o Deputado Algaci Túlio, muito bem embasado no seu comentário. Então, eu não entendo Deputado Algaci, eu não entendo, não me passa pela cabeça, eu gostaria que os Senhores abrissem a minha cabeça para eu entender aonde que está a casa, aonde que está a comida, aonde é que está a ação de empregos, cadê? Mostra para mim! Eu vejo a bandeira tremular, a bandeira balançar, que aqui está todo mundo com a barriga cheia, está todo mundo muito bem, tem emprego, maravilhosamente bem. Vá para o diabo que o carregue. Onde é que está? Aonde? Respondam para mim aonde, aonde é que está? Cem mil pessoas na região metropolitana da Capital, os Senhores imaginem em Londrina, os Senhores imaginem, não venham me dizer que lá não existe miséria porque também existe miséria Deputado Ernani Pudell, existe. Agora, eu não entendo, quando eu peguei a Gazeta Metropolitana, eu falei: "Não é possível, como é que pode, se estão dizendo que aqui no Paraná há uma geração de empregos fantástico, eu não entendo". Agora há pouco eu vi na televisão milhares de trabalhadores rurais na frente do Palácio pedindo a oportunidade e o direito de dialogar com o Governo do Estado pedindo os seus direitos constitucionais, está na constituinte o direito deles, está na constituinte o direito dessa miséria humana que cerca a Capital do Estado do Paraná. Então, eu só não entendo, só se eu sou burro, o Deputado vem aqui hoje, me apresentou um Projeto, eu votei no projeto, pedindo que se crie na zona rural a casa rural para dar o mínimo de dignidade Deputado Ovídio para o trabalhador da zona rural. Não querem, "Não, não tem condições, não tem, lamento profundamente o projeto de envergadura,

mas vamos colocar na agenda e futuramente vamos analisar para ver se existe possibilidade do sonho do Deputado Colaço ser realizado no Estado do Paraná". O Deputado Mário Bezerra me pede para a região de Cianorte um Distrito Industrial, gerando empregos, coloca-se na agenda: "Olha, não dá, lamento profundamente, mas não temos dinheiro, vamos agendar e talvez quem sabe daqui 10, 20, 30, 40, 50, 100 anos nós haveremos de colocar o Distrito Industrial". O Deputado Rosinha pediu aqui a construção da casa do abrigo para a mulher violentada, o Deputado Rafael Greca construiu uma casa em Curitiba que dá direito de abrigar a mulher violentada nos seus direitos: e o Governo diz para mim e diz para ele que não tem dinheiro, que vai analisar, vai colocar numa agenda: "daqui a 100, 200 anos talvez a gente possa fazer". Eu criei o projeto da "Casa do Amparo à Mulher", lembro que na constituição eu e o Deputado Algaci, outros Deputados, que fizemos a constituição do Paraná, a ex-Deputada Irondi, Deputado Aroldo Ferreira, nós debatemos, o Senhor lembra Deputado Algaci? Nós debatemos demais naquela época na constituição. Perdemos, mas perdemos com a cabeça erguida, dando amparo à mulher.

Então, outros projetos, o meu projeto criando a penitenciária do campo, profissionalizando, obrigando o preso, em vez do preso ficar o dia inteiro tomando café da manhã, almoçando, jantando, enquanto temos um cinturão da fome no Paraná o preso tem o cafezinho da manhã, tem o almoço, tem o jantar, dorme bem, toma bem, tem o banheiro para ir lá, tranquilo e o cinturão da fome tem gente que não tem nem banheiro para usar e eu estou pedindo uma penitenciária para profissionalizar, para o preso produzir, se auto sustentar, disseram que não têm condições, vão agendar, daqui 50, 100 anos, quem sabe nós haveremos de construir isso no Estado do Paraná.

Eu só peço a Deus que se ganhar o ex-Prefeito Jaime Lerner, se ganhar o ex-governador Álvaro Dias, se ganhar o meu querido Vereador Jorge Samek, se ganhar qualquer um deles, pelo amor de Deus, que quando sentar lá no Palácio, entenda que aqui existe um parlamento, que aqui todo mundo tem sonhos, tem idéias de gerar empregos, de gerar indústrias, gerar justiça social, gerar segurança, gerar saúde, gerar trabalho, gerar um Paraná que caminhe de encontro ao seu grande destino, porque não adianta, Deputado Colombino, em época de eleição você vai aos palanques, você vai à televisão e diz: "eu vou fazer", "eu vou salvar", "eu vou construir"; aí senta naquela desgraçada daquela cadeira e esquece do povo, dos Deputados, esquece que aqui cada qual tem o seu sonho, tem o seu ideal.

Curitiba, terça, em 10.05.94

O Sr. Colombino Grassano - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado o discurso de V.Exa. tem eco nesta Casa. Acredito que o Governador atual se tivesse recebido o projeto do Senhor Deputado Mário Bezerra não o teria vetado. É o que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste, porque há poucos dias o Senhor Governador Mário Pereira esteve na Associação Comercial do Paraná, na Federação das Indústrias do Paraná, juntamente com o Secretário do Planejamento e o Secretário da Fazenda e o Presidente da Federação das Indústrias e deu uma nova redação a um decreto, cujo Decreto hoje tem o número 3.465 estabelecendo as condições de fomento de proteção a indústria e ao comércio.

Ontem talvez, eu li nos jornais, que o Senhor Governador Mário Pereira ainda em defesa dessa tese de promover o desenvolvimento econômico do Estado de gerar mais emprego estava contratando os serviços profissionais do ex-presidente da Volkswagen para vir aqui ser embaixador paranaense junto aos grandes empresários brasileiros e internacionais para atrair indústrias para o nosso Estado.

De modo que o veto é do Governador Roberto Requião, não é veto do Governador Mário Pereira. Acredito que a bancada que dá sustentação ao governo esteja nesta altura totalmente liberada para rejeitar o veto governamental e manter o Distrito Industrial em Cianorte, como outros projetos que não foram vetados pelo Governador atual e sim pelo governador anterior, que não tinha a menor visão com relação ao progresso, com relação a um programa de incentivo a agroindústria em favor de mais empregos para o Paraná.

De modo que o discurso de V.Exa. é correto e acredito que o Governador Mário Pereira se aqui estivesse estaria colocando um não naquele envelope onde colocaremos nós todos que estamos defendendo o Paraná!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para encerrar, Sr. Presidente.

O passado já foi embora, o ódio já foi embora, o ódio, o ódio que tinha neste Paraná, o ódio, o ódio, o ódio já foi embora, foi embora graças a Deus! Jogaram um sal grosso aí, sumiu, Satanás sumiu! O Governador Mário Pereira foi Deputado comigo, um Governador sério, honrado, tenho pedido a ele que realmente se preocupe pelo social.

Eu só espero, em nome da família brasileira do meu Estado: - vamos esquecer o passado! Dia 3 de outubro está aí e nós vamos ter condições de dar o nosso grito de liberdade: - muda Paraná! Muda Brasil!

Mas muda, pelo amor de Deus, com gente que presta, com gente que tenha vergonha na cara e que realmente faça justiça social pelo povo do Estado do Paraná e pelo povo esquecido do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos prestes a iniciar mais uma campanha eleitoral, o nosso Partido PSDB, coligado com o PFL e com o PTB também apresenta uma candidatura, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. E em apoio a esta candidatura, o Movimento Força Viva, que faz parte do PSDB lança um manifesto que eu gostaria de ler aqui:

#### ALTERNATIVA COMPETENTE

Diante do quadro que antecede as eleições deste ano, o PSDB de Curitiba por seus Diretórios Zonais, vem manifestar sua certeza que Fernando Henrique Cardoso representa a melhor alternativa para solução dos graves problemas que comprometem a muito tempo, o nosso país.

A coerência sempre manifestada por este honrado brasileiro que diz e faz aquilo em que acredita que tem dado demonstrações indiscutíveis de seriedade, responsabilidade, competência e transparência de seus atos, enquanto Ministro e sempre que esteve a serviço do Brasil, reacende a confiança de todos nós.

Não se trata apenas de uma questão partidária. Nem somente de um posicionamento ideológico. A questão maior é a necessidade inadiável de promovermos as transformações que o Brasil exige. Para construirmos uma Nação verdadeiramente desenvolvida temos que eliminar o abismo que isola milhões de brasileiros dos frutos desse desenvolvimento.

É chegada a hora de cada cidadão exercer com coragem sua cidadania manifestando suas angústias e convicções, discutindo o futuro que deseja analisando os melhores caminhos para alcançá-lo e assumindo seu papel de verdadeiro agente de mudanças. Chega de cada um querer "levar vantagem" em tudo!

E nesta hora que o movimento Força Viva do PSDB quer convocar todos os homens e mulheres jovens de todas as idades que acreditam que a luta por efetivas transformações sociais pela via democrática, somente será verdadeira com a eliminação dos privilégios e a participação crescente de toda a sociedade, tanto nas decisões como no bem-estar.

A luta é de todos.

#### VAMOS JUNTOS COM

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO!

Movimento força viva de Curitiba. Liderança da Bancada do PSDB na Câmara Municipal de Curitiba - Juventude de Curitiba - Diretório da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Zonal Diretório da 145.<sup>a</sup> Zonal.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, com maior respeito ao ex-Governador Roberto Requião, meu companheiro de Partido de longa data, eu venho, nesse instante, através da Tribuna para fazer um encaminhamento antecipado de um veto apostado ao Projeto de Lei 84/92.

Nessas colocações eu diria de que estaria propondo, agora, um "habeas-corpus" preventivo, que na figura jurídica nada mais é do que um cidadão na iminência de ser detido por alguns boatos ele postule em juízo, e se convencer o magistrado ele consegue um "habeas-corpus" preventivo, um salvo-conduto antecipado à sua detenção. Em outras palavras, é uma defesa prévia antecipada que eu faço do Projeto de Lei 84/92.

Gostaria de fazer a leitura rapidamente desse Projeto de Lei para, uma vez mais, avivar na consciência dos Srs. Parlamentares ratificando as palavras do eminente Deputado Luiz Carlos Alborghetti que há poucos instantes fazia uso da Tribuna.

O Projeto diz o seguinte:

#### PROJETO DE LEI Nº 084/92

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a construir e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, a construção de moradias no sistema Casa Rural, em âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Sistema Casa Rural, será implantado em áreas rurais de até vinte hectares, ou em assentamentos oficializados pelo Governo do Estado do Paraná, ou pelo Governo Federal, no território Estadual.

Parágrafo Único - Nos assentamentos oficializados pelo Governo do Estado do Paraná ou do Governo Federal, no território do Estado, o Sistema Casa Rural, atenderá às famílias individualmente, nas suas respectivas áreas de terras.

Art. 3º - As moradias do Sistema Casa Rural, não poderão ser transferidas de

proprietários, enquanto perdurar o financiamento junto à Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, executando-se os parentes do proprietário até o 2º grau em linha reta.

Art. 4º - A construção das moradias pertencentes ao Sistema Casa Rural, não poderá exceder a 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados).

Art. 5º - Os proprietários no Sistema Casa Rural, não poderão possuir outros imóveis rurais e urbanos, além daqueles previstos no Artigo 2º desta Lei.

Art. 6º - Os pagamentos das prestações das moradias do Sistema Casa Rural, far-se-ão total ou parcialmente, por intermédio da equivalência de produtos agrícolas: milho, arroz, feijão, algodão, trigo ou outros produtos agrícolas, que assim entender a Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único - Os produtores agrícolas que servirão como forma de pagamentos através da equivalência, terão que ser produzidos nas áreas agrícolas aludidas no parágrafo 2º, desta Lei.

Art. 7º - Fica facultado aos proprietários do Sistema Casa Rural, o financiamento parcial ou total da construção, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional.

Art. 8º - A construção das moradias no Sistema Casa Rural, será supervisionada tecnicamente e fiscalizada pela Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, ou por delegação desta, às Prefeituras Municipais.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 02.12.93

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2º Secretário

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O governo do Paraná, durante estes últimos anos, inegavelmente - muito embora possa até haver comentários ao contrário - construiu mais de 40 mil unidades da "Casa da Família", há famílias sem casas em todo os municípios do Estado do Paraná.

Já estamos enfrentando há muito tempo - muito bem colocado pelo Deputado Algaci Túlio há poucos instantes - a Grande Curitiba, a Região Metropolitana está recebendo uma sobrecarga de famílias sem terra e sem casas e este processo, a tendência é aumentar cada vez mais. Se não der o mesmo

tratamento para as famílias sem casas no interior do Estado do Paraná, com as mesmas facilidades que o homem da cidade, que o trabalhador da Grande Curitiba, das grandes cidades tem, quando se habilita a uma "Casa da Família".

Este Projeto de Lei tem por finalidade facilitar a vida do homem no campo, principalmente dos pequenos agricultores e recebemos um veto a este Projeto de Lei. Talvez de afogadilho, o nosso Governador, com extrema rapidez - talvez não assessorado naquele exato momento da profundidade, do alcance deste projeto - o vetou, e hoje aqui nesta tarde, daqui a pouco, o veto estará aí para ser mantido ou derrubado.

Já falei com o Deputado Renato Adur - o meu Líder neste Parlamento - solicitei a ele que liberasse a nossa Bancada, que nos facilitasse para que pudéssemos derrubar este veto, para que o Governo do Estado possa ter o instrumento nas mãos, a própria Secretaria de Habitação Popular possa financiar essas casas, nos moldes desse projeto. Tenho exemplo concreto: no Município de Prudentópolis, no dia 21 de janeiro deste ano, por ocasião da visita do nosso ex-Governador Roberto Requião e do nosso atual Governador Mário Pereira, foi assumido um compromisso com a comunidade e liberou 50 casas, a serem construídas na área rural. Até o presente momento, nem a Secretaria e nem o Governo têm o instrumento legal para poder repassar recursos à Prefeitura e muito menos sequer, diretamente aos proprietários. Está parada aquela proposta.

Este nosso projeto tem o alcance - já destacado pelos Parlamentares que me antecederam - social muito profundo.

Por esta razão e já com a autorização do nosso Líder, eu, antecipadamente, preventivamente, solicito dos Companheiros que possam nos acompanhar, para que não concordemos com o veto daqui a poucos instantes.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Quando ouço o seu pronunciamento, quanto à questão de que o Governador do Estado prometeu 50 casas em Prudentópolis e não tem meios legais para que isso se concretize, isso me preocupa, preocupa-me. É uma denúncia que o Senhor está fazendo aqui. Não entendo como um Governador pode proceder desta forma, um Governador que passou pelo Paraná, viajando de helicóptero há poucos dias, distribuindo dinheiro como se fosse o "Papai Noel".

Na minha Região também foram prometidas casas há mais de um ano e nada aconteceu. Faço um desafio e gostaria de fazer

um requerimento ao Governo do Estado: que eles enumerassem onde estão essas 40 mil casas, porque na minha Região não tem casas do Governo do Estado, a não ser promessas de quando o Governador passou lá.

Outro assunto que trago aqui, nesse momento, quando vejo o Senhor fazendo esse discurso, tentando agradar o Governador e, ao mesmo tempo querendo que o veto dele seja derrubado, igual projeto a esse aqui para o interior dos municípios, para a construção de casas, foi apresentado por mim, vetado pelo Senhor Governador e derrubado pela Bancada do Governo. Não entendo como. Se outro dia, apresentei um projeto aqui nesta Casa, vetado pelo Governador, derrubado pela Bancada do Governo, hoje, de repente, o Senhor vem aqui fazer a defesa da mesma causa, do projeto que eu tinha apresentado.

Era só isso, Deputado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço e muito me honra o aparte de Vossa Excelência.

Queria dizer ao ilustre Deputado Valdir Rossoni, da Região de União da Vitória, que se porventura, não se encontram "Casas da Família" construídas na sua Região, e que Vossa Excelência está procurando, eu pediria que Vossa Excelência avançasse um pouquinho, viesse na Região de Irati, tenho certeza que, aproximadamente 1000 casas iria encontrar por ali. É uma região eminentemente pequena e além dessa região, estão aí todos os municípios do Paraná. É só fazer um levantamento que realmente existe.

Não se trata de uma denúncia. Trata-se de uma defesa de um projeto meu. Se Vossa Excelência, no momento oportuno não o fez, não cabe a mim defender um projeto de Vossa Excelência. Estou defendendo projeto de minha autoria, que foi vetado pelo Governo que apoiei e que continuo apoiando, com a mesma tranquilidade e com a mesma lealdade, sem constrangimento nenhum.

Realmente ele percorreu a minha Região, assumiu esse compromisso das 50 casas e que eu, automaticamente, estou procurando viabilizar tecnicamente. Pode demorar 30 ou 60 dias, mas tenho certeza absoluta que vai ser um projeto piloto, modelo para o Estado do Paraná, e que vai servir, posteriormente, à vossa Região, se assim o desejar.

Senhor Presidente, obrigado pela atenção e espero ter tido a compreensão dos ilustres Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo a Vossa Excelência, que usou o Horário do Pequeno Expediente e o Horário da Liderança do PMDB.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

Antes, porém, queremos registrar a presença - a pedido do Deputado Élio Rusch - dos Senhores Hélio Rosa e Orlando Alves dos Santos; do Padre Palmiro, Orestes Maria da Costa e João Antônio Rodrigues, da Cidade de Tupãssi.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que participam e assistem a esta Sessão neste dia.

Como já os meus antecessores, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Alborghetti mencionaram, hoje se realiza ou se inicia a nível de nosso País, do País inteiro, um movimento do campo coordenado pela Central Única dos Trabalhadores, do Departamento Rural, Movimento dos Trabalhadores sem terra e a Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado do Paraná, a FETAEP, aqui no nosso Estado.

Milhares de trabalhadores rurais, agricultores, pequenos proprietários se concentram hoje nas grandes cidades, nas capitais e praticamente em todos os Estados, como em Brasília uma grande manifestação está se realizando com um movimento chamado Grito da Terra Brasil. Aqui no nosso Plenário, nas nossas galerias estão uma parte de representantes deste movimento do Paraná, liderado por estas entidades e que representam aqui os quase dois mil lavradores que se encontram no centro de Curitiba hoje trazendo aos órgãos públicos, às autoridades competentes as suas reivindicações, inclusive a esta Casa.

A agricultura no nosso País, já temos aqui em muitos momentos manifestado nesta Tribuna, principalmente a área do pequeno produtor sempre foi marginalizado pelas políticas públicas do Governo, principalmente do Governo Federal.

Alguns dados são necessários para que possamos entender esta realidade e por que esses dois mil lavradores, agricultores, pequenos proprietários, trabalhadores sem terra, estão hoje aqui em Curitiba e viajando a noite toda, passando pelos piores tipos de sofrimento, permanecendo nas praças, passando muitos deles necessidades das mais prementes, gritando pelo seu direito à sobrevivência. Para isto, para que possamos entender esta atitude cívica, diríamos, dos lavradores que não querem se marginalizar, que não querem ser futuros favelados, é necessário que a gente entenda alguns dados, que alguns o Deputado Algaci Túlio já me antecedeu, citava nesta Tribuna. No ano de 1970 havia no nosso País 44% de habitantes no campo. Em 1991, trinta anos depois, apenas 24% de habitantes ficam na área rural a nível de Brasil. Se olharmos para o Paraná, Srs. Deputados, vamos entender a razão da Capital e a região metropolitana de Curitiba estar hoje



neste inchaço que está, não só a região metropolitana como os grandes centros, as grandes cidades do Estado, como Ponta Grossa, Maringá, Londrina e outras cidades grandes do Estado do Paraná. No Paraná os dados são os seguintes: nessa mesma época, em 1970, o Paraná era um Estado agrícola, 63,9% do seu povo morava no campo, enquanto apenas 21,6% estavam nos centros urbanos. Se olharmos este exemplo hoje vamos ver uma realidade totalmente inversa do que deste dado de trinta anos passados. Esta evasão do homem do campo gera os problemas que não é necessário relatar, todos sabemos, é só andar pelas periferias das cidades, pelos centros urbanos do Paraná. Há regiões no campo em que escolas são fechadas, associações de lazer desaparecem, a reprodução da força de trabalho e a sucessão dos proprietários no campo desaparecem, porque os filhos dos agricultores procuram os centros urbanos para achar um meio de vida e uma sobrevivência melhor. A população do campo, usando como exemplo o Sudoeste do Paraná onde habito, onde moro, está sendo já hoje uma população de velhos. Alguns dados até dizem que os jovens rapazes, a evasão de moças é maior, os rapazes têm dificuldades inclusive de encontrarem casamento no meio urbano de tão grande a evasão; e a população do campo é uma população de velhos, principalmente nas regiões de minifúndios. Esse processo levou, esse processo de mudanças levou a algumas alterações muito profundas na estrutura de produção com a diminuição do número de estabelecimento do Paraná e também do País. A área ocupada por pequenos estabelecimentos diminui em muito no Estado do Paraná.

Em 1970, analisando-se a área ocupada do nosso Estado, de 70 a 85 percebe-se que os pequenos estabelecimentos diminuíram sua participação de 41,79% do total da área em 1970; de 70 a 85, 15 anos, diminuíram o número, a participação em percentual de pequenas propriedades no Paraná diminuíram em 41,79%. Enquanto que para 31,06% em 1985 a previsão de 41 foi para 31% essa participação em 85. Por outro lado as propriedades acima de cinquenta hectares aumentaram a sua participação de 58% para 68%; no número de propriedades, as propriedades de média para cima aumentaram o número de estabelecimentos ainda mais, o seu percentual na área ocupada no Estado do Paraná. Com isso vimos a diminuição da produção de alimentos para o abastecimento interno, porque é público e notório que as pequenas propriedades é que produzem os alimentos da cesta básica para o povo brasileiro. Com isso, se desloca para as áreas marginais, essa produção de alimentos com a mecanização e com os investimentos voltados para as grandes propriedades,

se desloca esta área de produção de alimentos para aquilo que se chamaria de áreas marginais, com alta declividade, onde a exploração é feita com técnicas ultrapassadas porque os pequenos agricultores não têm o apoio necessário para a sua produção.

No Paraná, Srs. Deputados, há 131 assentamentos em total em 8.500 famílias, destas áreas 95 são áreas definitivas. E temos ainda 36 áreas no Paraná com 3.800 famílias regularizadas, e algumas delas com decreto de despejo, com intervenção no Estado declarada e com a perspectiva de famílias que já estão há 4, 5, 6 anos na propriedade serem jogadas nas favelas, aumentando ainda a periferia das nossas cidades.

O fruto da política agrícola exclusiva e seletiva implantada no País através do crédito rural, principal instrumento dessa política agrícola que privilegia as regiões mais desenvolvidas, e exclui as regiões mais pobres e a pequena produção. Os grandes produtores foram favorecidos e puderam modernizar-se, enquanto as pequenas propriedades são relegadas, jogadas, como disse anteriormente, para as áreas que não têm condições de aplicar as técnicas, e mesmo assim chamadas áreas marginais para produzir alimentos para o nosso povo.

Em 1979 o número de contrato, aqui um dado interessante sobre os recursos investidos no campo, em 79 o número de contratos de custeio foi de um milhão e trezentos e setenta e cinco mil, atingindo 25% do total de produtores do País, em 1979. Destes contratos 80% eram destinados aos pequenos agricultores que respondiam com apenas 20% dos recursos colocados à disposição.

Em 93, 14 anos depois os pequenos produtores, com 81% do total de contratos efetuados recebem apenas 31% de recursos colocados à disposição da agricultura, enquanto que os grandes proprietários com apenas 3,37% do número de contratos recebem 31% dos recursos totais investidos na agricultura.

São dados que mostram o desvio dos recursos da política do governo para as grandes propriedades marginalizando e o entendimento, o porquê da evasão do campo.

Segundo os anuários estatísticos do crédito rural publicado anualmente pelo Banco Central foram destinados ao Paraná de 87 até 92 um total de 12,6 bilhões de dólares para o crédito rural, provenientes de recursos das diversas fontes, a soma de todos os recursos destinados aos programas do Governo do Estado do Paraná incluindo aqui o Programa Panela Cheia representa menos de um por cento do valor total do crédito destinado ao Estado do Paraná, isto mostra a importância do Programa Pane-



la Cheia, que se destina aos pequenos produtores, mas a insignificância desses recursos, num montante de recursos que se investe na agricultura no Estado do Paraná na questão da produção e do custeio da lavoura.

Este modelo de exclusão trouxe sérias consequências para a miséria e a fome no campo, tanto é que o Paraná é um dos Estados com um número, o Estado do Paraná possui 5,94% dos indigentes do País, levantamento este publicado em pesquisa nacional há pouco tempo. É o sétimo Estado com o maior número de indigentes do País.

Provando o que o estudo do IDEA já alertava e que é um dado extremamente necessário e o problema da fome no Brasil tem sua causa não na falta de produção, porque a cada ano o País bate recorde de produção. A prova deste dado do Paraná é que isto não é real, porque o Paraná é um dos maiores estados produtores agropecuários do País e possui um dos índices alarmantes de indigência, de fome, de miséria.

Se for verdade que os Estados que produzem são ricos os dados econômicos com relação a fome e a miséria, bem como a indigência do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não seriam esses.

Estamos colocados entre os piores Estados onde há a maior concentração de fome e de miséria.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Vossa Excelência toca no ponto exato que abordei há minutos atrás nesta Assembleia, quando é uma falsidade a questão da produção do Estado do Paraná.

É uma produção que beneficia os grandes, agricultores com tecnologia avançada e que não usa essa mão-de-obra. Esta é a grande realidade. Há uma falsidade nesses números de super produção de grãos, essa colheita, essa safra toda extraordinária que apenas traz, como disse anteriormente e Vossa Excelência coloca números extraordinários, números que nos deixam estarecidos diante desse quadro de miséria e de pobreza que se encontra o Estado do Paraná.

As melhores terras deste Estado estão nas mãos daqueles que hoje têm uma infraestrutura extraordinária, de mecanização, de tecnologia e que não usa esta mão-de-obra, e que com os lucros que obtém vão comprar terras no Mato Grosso, vão comprar apartamento de cobertura no Rio de Janeiro e colocam dinheiro nos bancos da Suíça. Esta é a realidade que Vossa Excelência está colocando neste momento e quero parabenizá-lo por isso.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço ao De-

putado Algaci Túlio pelo aparte e na sequência concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Olha, ouvia seu pronunciamento, mas não tenho uma bela notícia para dar aqui, tem que se prestar bastante atenção. Falando em pequeno agricultor, vi estes dias, num jornal da Capital, que o ex-Secretário Osmar Dias, está fazendo um plano de Governo para o próximo Governo, parecendo que ele não dirigiu a Agricultura do Paraná nos últimos 12 anos. Então, para quem dirigiu a Agricultura no Estado do Paraná nos últimos 12 anos agora está fazendo um plano de Governo para os próximos 4 anos que vai resolver o problema da Agricultura! Quem não resolveu em 12 vai resolver nos próximos 4 anos!

Tenho uma comparação muito importante que tenho feito nos meus pronunciamentos, o que não entendo no Estado do Paraná, um Paraná que não está dando certo, há muito tempo, o que não entendo é o seguinte: a minha região faz divisa com o Estado de Santa Catarina, e quem conhece Videira, Concórdia sabe muito bem a situação da Agricultura naquela região do Estado de Santa Catarina. Enquanto naquela região do Estado de Santa Catarina o agricultor tem uma boa casa para residir, o nosso pequeno agricultor está morando quase que num barraco. Enquanto o agricultor daquela região de Santa Catarina estaciona uma Ford nova na sua garagem, o agricultor do Estado do Paraná, aqui do outro lado da linha, estaciona uma carroça ou um Fusca velho. E é este o Paraná que está dando certo!

Quando vi aquela nota outro dia que o Secretário da Agricultura estava elaborando um plano de Governo para os próximos 4 anos, deu-me nojo, vontade de vomitar em cima daquele jornal, porque não é possível que quem teve a caneta do Estado, quem teve o Poder do Estado, durante 12 anos para mudar a Agricultura do Estado do Paraná, venha agora mostrando as dificuldades e os problemas da Agricultura do Estado do Paraná? Se em 12 anos não deu tempo, será que nos próximos 4 anos vai dar?

É isto que temos que levar ao Paraná! Está na hora da mudança! Chegou o momento do Estado do Paraná entregar a Agricultura do Estado a outras pessoas. Por que o que vai acontecer agora, nobre Deputado? Vão percorrer o Estado do Paraná fazendo o novo plano de Governo, vão iludir os nossos agricultores novamente! Mas não podemos deixar de dizer à população do Paraná que fazem 12 anos que eles dirigem a Agricultura e nada fizeram!

Hoje, de cada dois agricultores, temos um em miséria absoluta, e parece que não é culpa deles, parece que é culpa da Oposição aqui que há muito tempo vem falando

isso, mas que não se resolve e nada fazem! Divulga-se pela televisão estes programas em favor dos pequenos agricultores, que gasta-se mais em propagandas do que se investe no pequeno agricultor!

Outro dia um agricultor me confessava, ele tem uma pequena área de terra, em Paula Freitas; ele sim é pequeno agricultor, uma pessoa que não sabe viver em outro lugar e nem de outro jeito, a não ser da agricultura. Ele chegou no BANESTADO e disseram que ele não tinha condições de pegar o Bom Emprego ou este empréstimo que eles têm porque ele não tinha garantias! Então aonde está o programa do Governo que vem a favor do pequeno agricultor?

Na nossa região de União da Vitória fizeram um investimento no entreposto de calcário para distribuir calcário na nossa região que fica mais caro o calcário do Governo que está no entreposto de União da Vitória do que o agricultor vir buscar o calcário aqui em Curitiba!

É este o Governo que planejou a agricultura nos últimos 12 anos, no Estado do Paraná! Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e o cumprimento pelo pronunciamento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Valdir Rossoni. Concedo o aparte a Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati - Nós queremos nos somar ao seu posicionamento. Hoje de manhã nós tivemos a oportunidade de participar de um programa na Rádio Clube que tratava sobre a marcha que está acontecendo hoje, o grito pela terra.

Nós fomos relatores da CPI do Bóia-Fria. Recentemente ficaram prontos os avulsos e nós fizemos questão de repassar para alguns Deputados cópia dessa CPI. Essa CPI realmente confirmou tudo isso que nós estamos ouvindo através do seu pronunciamento nessa tarde.

Nós queremos acrescentar alguma coisa, quando nós estivemos em Santa Cruz do Monte Castelo e em Querência do Norte, cidades essas que estão se tornando cidades fantasmas, onde os pequenos agricultores estão se tornando bóias-frias. Nas Cidades de Monte Castelo e Querência do Norte, não sei qual delas, uma, 60% dos moradores são bóias-frias, na outra, 80% da população. Por aí nós podemos ter uma avaliação da situação que vive o pequeno agricultor, que está se tornando bóia-fria, que vai para os grandes centros e que acaba morrendo nas periferias, nas favelas, sem nenhuma condição de moradia.

Na verdade há necessidade, estamos oficiando o Governo do Estado para que tenha uma política agrícola para o pequeno agricultor, para que esse pequeno agricul-

tor não venha se tornar um bóia-fria, como já vem acontecendo no Estado do Paraná.

No Paraná se apregoa que é o Estado onde o Brasil está dando certo. Quando nós vemos que o Paraná é um dos Estados que pior remunera seu trabalhador rural no Brasil, só perde para o Estado do Piauí, então, na verdade, um Estado que é essencialmente agrícola, onde se apregoa que de cada quatro flores de algodão, o Paraná produz duas, na produção de trigo, o Paraná produz mais da metade, na espiga de milho, na produção, o Estado do Paraná é um grande produtor, na verdade se produz a custa da fome, da miséria, da doença, da desnutrição, do Estado de moradia precária, que vive o trabalhador rural do Brasil.

Há necessidade de providências urgentes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, no sentido de que implementem políticas agrícolas para o pequeno agricultor, ou muito em breve nós teremos um Estado que hoje estima-se em torno de um milhão de bóias-frias, mas que em pouco tempo nós teremos dobrado o número desses bóias-frias, se não houver providências imediatas e concretas no sentido de melhorar a qualidade de moradia, no sentido de dar emprego com carteira assinada, porque o trabalhador rural trabalha e não vê os seus direitos trabalhistas garantidos, não tem registro em carteira, no sentido de dar garantia à saúde desse agricultor, alimentação. Um Estado que produz alimento para todo Brasil, a sua população que produz esses grãos passa fome.

Então, é uma contradição, um contrassenso, e nós não podemos nos calar diante dessa situação que vive o trabalhador rural no Estado do Paraná.

Queremos nos somar a essa marcha e dizer que a Assembléia Legislativa também tem responsabilidade no sentido de cobrar de todos os governos, governo estadual, federal, e dos governos municipais, para que implementem políticas agrícolas para que o nosso agricultor não venha a ser um favelado amanhã.

Parabéns pelo seu pronunciamento e nós nos somamos, mais uma vez, a essa marcha do agricultor, no grito pela terra, pela sua sobrevivência, e para que eles tenham o direito de cidadãos garantido, direitos que a Constituição lhes garante, mas que o Poder Público não lhes dá.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado, Deputada Emilia Belinati.

Com aparte o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Ovídio, ouvindo atentamente o seu pronunciamento e até pelo fato de ser um agricul-

tor, sou obrigado a discordar de algumas coisas que o Senhor disse.

Acredito que o problema da agricultura é um problema muito mais complexo. Quando o Senhor dizia que o aumento do número de propriedades acima de 50 hectares, isso se dá por uma única razão, nenhuma atividade é viável se nessa atividade não existir a palavra lucro. Está comprovado que para uma propriedade ser produtiva e auto-suficiente, hoje, no modelo agrícola que estamos vivendo, é necessário uma área superior a 50 hectares. O Senhor veja bem, para que o senhor consiga produzir numa área de 10 hectares, ou uma área de 50 hectares, se precisa de um único trator. Da mesma forma, você com uma colheitadeira, colhe 10, 50, até 100 hectares.

Então, em virtude do nosso modelo agrícola estar baseado na agricultura mecanizada, logicamente a propriedade só se torna viável, acima de 50 hectares.

Outra questão: o êxodo rural. Muitos proprietários rurais hoje têm dificuldade de conseguir um empregado para trabalhar nas suas propriedades. A grande maioria das pessoas quer vir para a cidade, sim. Quando o Senhor dizia que o número de velhos é muito grande no campo, concordo com o senhor. Muitos pequenos proprietários que oferecem áreas a serem vendidas, dizem que estão vendendo porque seus filhos não querem permanecer no campo, querem vir para a cidade, porque lá eles têm educação, saúde e conforto.

É um problema sério. Veja o porquê disso. Na minha opinião, como produtor rural: nós, quando pegamos a grande maioria das propriedades rurais, as pequenas propriedades, elas produzem produtos da cesta básica: arroz, feijão, milho. Esses produtos são fiscalizados por toda a sociedade. Toda a vez em que há um aumento onde o produtor vai ter um pequeno lucro, por exemplo, aumenta o preço do feijão, como aumentou há dias atrás. A imprensa, de um modo geral, vem em cima do Governo para que intervenha, que importe feijão, que importe e esses produtos que são produtos produzidos nas pequenas propriedades.

Por que é que o médio e o grande produtor estão conseguindo sobreviver no Brasil? Porque eles estão fugindo do Governo. Na verdade, não estão tendo privilégios, como Vossa Excelência disse. Hoje, o juro agrícola para o grande produtor é muito maior do que o juro ao médio e o juro ao pequeno.

Eles estão sobrevivendo, porque fugiram dos bancos, fugiram do crédito agrícola repassado pelo Governo.

Na verdade, o problema da agricultura é um problema conjuntural, muito grave. Não acredito em pessoas que dizem que vão fazer milagres a nível estadual. Não acre-

dito que o Governo vá mudar a questão agrícola no País (Governo Estadual). Existem alguns programas, como a questão do calcário. É um problema muito sério. Não vi um Governo preocupar-se com isso. É um insumo dos mais baratos e que dá resultado a curtíssimo prazo. Isto sim, o Governo Estadual podia ajudar o pequeno produtor. Como eu acho que para fixar o homem no campo, o Governo Estadual, no lugar de querer entrar na política agrícola, o que ele poderia fazer, era levar saúde, educação para o campo, levar condições para que realmente o homem fique no campo.

Então essa história de que se o Governo tal ganhar, ou se o outro Governo ganhar vai fazer milagre a nível estadual, não acredito, porque a política agrícola é política federal.

Há uma preocupação que tenho e pouca gente se acordou para o fato, é a complementação do MERCOSUL. No momento em que o Brasil entrar firme no MERCOSUL, praticamente inviabiliza a agricultura no Paraná, o que vai ser um caos para o nosso Estado.

Não concebo que as autoridades maiores do Estado não estejam preocupadas com isso. O senhor veja a questão do trigo hoje. O Paraná que produz 2/3 do trigo nacional, produz com a teimosia do agricultor paranaense, porque hoje se nós fizermos os cálculos, é inviável plantar trigo no Paraná. Há um subsídio do trigo produzido na Europa de até 100%. Então entre esse trigo, produzido a 160, 200 dólares a tonelada, produzidas na Europa, entra no nosso Estado a 80 dólares, quando o custo nosso de produção é 140. Então o problema da agricultura é muito sério e não é com discurso que vamos resolver. É um debate muito amplo. O tempo hoje é pequeno para discutir isso. Quero lhe dar os parabéns por ter iniciado esse debate, mas a coisa tem que ser vista de modo conjuntural.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Cezar Silvestri.

Quero concluir e dizer que nosso entendimento e o que o senhor falou está correto. Os grandes produtores devem fugir do banco. Todos deveriam, para não dar lucro aos banqueiros, mas o que não pode é os recursos públicos que os bancos e que o Governo têm a disposição ser realmente como estava até agora, colocados nas mãos dos grandes. Eles têm condições econômicas próprias para ir para os bancos particulares ou de fazer a plantação por conta própria e os recursos sejam colocados a serviço dos pequenos agricultores, com juros subsidiados, para pensar no problema que vem depois.

Tenho um projeto na Casa, que deverá ser votado nos próximos dias, que cria o seguro agrícola. Em São Paulo está implan-

tado e o seguro agrícola é deficitário. Se você considerar o recurso que o Governo paga das indenizações dos pequenos produtores, mas o benefício social que ele traz, ele justifica o seguro ser deficitário, porque o Governo está contribuindo para que os agricultores permaneçam na terra.

Nesse sentido, os recursos devem ser colocados com subsídios para os pequenos produtores e os grandes deverão fazer a produção com seus recursos próprios, porque a estrutura que eles têm, têm condições de fazer isso.

Com relação ao preço do feijão: quando o Governo fiscaliza como na última safra, quando o produtor vendeu o feijão a dez mil o saco e depois de 30 dias, os armazenadores, ou os grandes armazéns, estavam com o preço a 50 mil o saco. Aí, sem dúvida nenhuma, aquele que apenas intermediou em 30 dias um saco de feijão, ganhou 4 mil cruzeiros, enquanto o produtor, para levar 4 meses para plantar, ganhou 10 mil num saco de feijão.

Então esses absurdos têm que ser resolvidos.

Estamos surpresos que até hoje de manhã, não tínhamos a informação de que o Governador Mário Pereira havia resolvido receber a Comissão de produtores, que querem levar ao Governador um elogio. Uma das propostas é de que o Governo faça uma lei para garantir o prosseguimento do Programa "Panela Cheia" e que se garanta isso por lei para os próximos Governos. São questões que o movimento quer discutir. Esperamos que o Governador receba os agricultores para fazer um pedido desse, que é de elogio a um programa que é importante para os pequenos produtores.

Parabenizamos aos lavradores que saem das suas casas, enfrentam as maiores dificuldades para dar o seu grito, porque chega de fome, miséria nesse País, que é um País das melhores terras do mundo, é um País rico que passa fome e morre de fome.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PSDB  
- ao PFL  
- ao PL  
- ao PP.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de três

Curitiba, terça, em 10.05.94

(03), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 089, 095, 105, 116/93 e 015, 018, 019/94, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Tem um requerimento meu pedindo destaque. Votando o requerimento do Deputado Renato Adur não vai prejudicar o nosso requerimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Aprovamos a votação em bloco e agora iremos apreciar os quatro pedidos de destaque que se encontram sobre a Mesa.

Plauto Miró Guimarães Filho - destaque para a Proposição n° 105/93.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, pelo acordo que fizemos com os Srs. Deputados existem quatro pedidos de destaque. Apresentamos o nosso requerimento pedindo a votação em bloco de todos os vetos do Governo, mas o nosso bloco, esta liderança, vamos aprovar os quatro destaques apresentados pelos Srs. Deputados. Aprovar os requerimentos de destaque, independentemente da votação de cada um deles.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição n° 105/93, referente ao Veto apostado ao Projeto de Lei n° 021/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição de Veto n° 01/94, veto apostado ao Projeto de Lei n° 01/92. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição n° 116/93, referente ao Projeto de Lei n° 250/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição n° 095/93, referente ao Projeto de Lei n° 296/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque de votação para a Proposição nº 015/94, referente ao veto apostado ao Projeto de Lei nº 565/93. **Retirado pelo autor.**

Diante da manifestação do Plenário, iniciaremos a votação pelo item 25:

## ITEM 25

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Ortigueira - ASRO, com sede e foro no Município de Ortigueira-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 43 de 20.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 139/94

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, o Projeto de Lei nº 139/94 tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação das Senhoras de Rotarianos de Ortigueira - ASRO, com sede e foro no mesmo Município, atende às exigências contidas na Lei nº 6.994/78.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos por Lei, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada possui que obste sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 24

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 42, de 19.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 137/94

## P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, o mesmo preenche os requisitos preceituados na Lei nº 6.994, de 10.01.78 que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

No que diz respeito a seus aspectos

constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para sua normal tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

## ITEM 23

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 135/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Pessoa, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 42, de 19.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 135/94

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Arlindo Troian, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Pessoa, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em anexo, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça da seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

## ITEM 22

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 134/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 42, de 19.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 134/94

## P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei nº 134/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porecatu.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei

nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 21

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 133/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 10.736 de 14 de abril de 1994. (APMI de Itaperuçu). COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 19.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 133/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 133/94, tem por finalidade alterar a redação do art. 1º da Lei nº 10.736 de 14 de abril de 1994, (APMI de Itaperuçu), em razão da mudança de nome da referida entidade assistencial.

Da análise do referido projeto em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 044/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.S.P. e CONTRÁRIO da C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 02.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 044/94

P A R E C E R:

O plano de lei em seu artigo 1º, estabelece: "Ficam obrigadas, as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e nos materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estes à saúde, nos termos desta lei."

A preocupação do ilustre Deputado signatário é salutar, merecendo os nossos aplausos.

Mas, no âmbito desta Comissão, de análise exclusivamente técnico-jurídica, verifica-se que a pretensão esbarra em dois óbices da Constituição Federal: o da competência privativa da União para legislar sobre propaganda comercial e, segundo, a competência à Lei Federal para estabelecer proteção à propaganda de produtos, práticos

cas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Pois, diz o artigo 22, do texto supremo e seu inciso XXIX, o seguinte: "compete privativamente à União legislar sobre: Propaganda comercial."

Por outro lado, determina a Carta Magna, no seu artigo 220, parágrafo 3º, inciso II, na parte final: "estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

E o parágrafo 3º, parágrafo 4º do mesmo artigo 220, dizem: compete à Lei Federal: "A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso."

Nestas condições data vênua, o projeto de lei em tela, chocando-se com a competência privativa da União e do legislador federal, é manifestamente inconstitucional.

Somos de parecer contrário, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 044/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem de alerta sobre riscos à saúde em propaganda de embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná.

Tendo sido submetido a parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer contrário em razão de sua flagrante inconstitucionalidade.

No âmbito desta Comissão, o presente é altamente meritório, tendo em vista a grande preocupação quanto à saúde da população em geral, alertando-a quanto aos malefícios da ingestão de álcool.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/93, de autoria do Deputado Antônio An-

nibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na instituição financeira estadual, para custeio dos seus estudos. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.F., C.E.C.E. e CONTRÁRIO da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 98/93, de 26.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 341/93  
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R:

O referido projeto não prevê a criação de fundo específico para viabilizar suas intenções, muito menos está prevista destinação orçamentária.

Ademais, o Estado assegura o ensino público e gratuito em todos os níveis, razão pela qual opinamos de forma contrária ao projeto, por ser inconstitucional.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 341/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na instituição financeira estadual, para custeio dos seus estudos.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 341/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, o Projeto de Lei nº 341/93, ora sendo examinado por este relator, dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na instituição financeira estadual, para custeio dos seus estudos.

A matéria já foi amplamente examinada pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, merecendo por parte de ambas as Comissões, parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, este relator nada encontrou de irregular no presente plano de lei, tendo somente a se ressaltar o alto valor meritório da iniciativa do autor, razões estas que me levam a emitir parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente  
MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 105 de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná.

Do ponto de vista regimental, o presente está elaborado em conformidade com o disposto no art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Analisando a matéria no seu aspecto doutrinário e constitucional nada há que obste sua tramitação.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE  
PROJETO DE LEI Nº 206/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, o presente plano de lei dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado do Paraná.

Ao ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, a referida proposta recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão examinando a matéria, concluiu ser esta justa e necessária ao pronto atendimento psiquiátrico nos hospitais do Estado.

Isto posto somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
DOMINGOS CARVALHO - Relator

Em Discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós, essa Liderança fez um acordo com o PT, Deputado Rosinha. Nós aprovaremos o projeto em 1.ª discussão hoje e temos uma emenda, um substitutivo do Dep. Costenaro Neto que deverá ser apresentado para apreciação em 2.ª discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está

em votação o Projeto. **Aprovado.**

ITEM 17

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 127/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Quanto ao Projeto de minha autoria quero informar a Vossa Excelência que vou entrar com uma emenda modificativa onde se consta: "beber é prejudicial à saúde, vai constar: álcool é prejudicial à saúde". Eu só queria informar a Casa que eu vou entrar com essa emenda modificativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

V.Exa. poderá fazê-lo na Sessão de amanhã quando o projeto estará em 2.<sup>a</sup> discussão.

ITEM 16

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a APAE de Nova Prata do Iguçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cruz Machado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que reconhece a Associação dos Municípios do Paraná como entidade representativa da administração municipal, para efeitos de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 087/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..**

Está em discussão o Projeto. Em discussão o substitutivo. Está em votação o Projeto ressalvado o substitutivo. Está em votação o substitutivo, lembrando que a

aprovação do substitutivo prejudica o Projeto. Senhores Deputados que são favoráveis ao substitutivo geral permaneçam como estão. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O projeto irá a 3.<sup>a</sup> discussão.

ITEM 12

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Ensino de 2º Grau, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 638/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública de acordo com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, o Instituto de Recuperação Pedagógico - Ensino Especial, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 630/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que fica autorizado o Poder Executivo a criar o Conselho Escolar e estabelece outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n° de cinco (05) de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01  
AO PROJETO DE LEI N° 630/93

Dar nova redação ao art. 5º do Projeto de Lei n° 630/93.

Art. 5º - Os membros do Conselho Escolar, bem como seus suplentes, serão indicados pelos seus pares, pelos professores e pelos alunos, em reuniões convocadas para este fim pelo diretor do estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Ovídio Constantino e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Tal alteração tem por escopo democratizar o Conselho Escolar, tendo em vista a participação de todos os representantes nas reuniões deliberativas do Conselho.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

Incluir no art. 4º letra "a" do Projeto de Lei n° 630/93 o seguinte termo:



Art. 4º ...

a) Diretor, que preside o Conselho Escolar Colegiado.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamiento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Emilia Belinatti, Ovídio Constantino e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Diretor presidir o Conselho, uma vez que é de sua competência nata estar à frente da administração escolar incluindo aí, as questões pertinentes ao Conselho Escolar.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Suprima-se o art. 10 do Projeto de Lei nº 630/93.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamiento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Emilia Belinatti, Ovídio Constantino e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao próprio Conselho Escolar resolver e achar soluções aos problemas durante a sua gestão.

Somente o Conselho tem atribuição de observar "in loco" a sua atuação à frente da gestão estabelecendo critérios próprios de dissolução ou da necessidade de disciplinar sobre a instauração de processo administrativo bem como outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Suprima-se o § 1º do art. 5º do Projeto de Lei nº 630/93.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamiento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Emilia Belinatti, Ovídio Constantino e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica o contido neste parágrafo, pois o objetivo precípuo do Conselho Escolar é a gestão democrática.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Dar nova redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 630/93 nos seguintes termos:

Art. 2º - O Conselho Escolar é um colegiado e tem como órgão máximo de representatividade, a gestão escolar com caráter consultivo, deliberativo e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para o âmbito da escola, critérios relativos e sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade obedecendo ao regimento escolar.

Sala das Sessões, em 10.05.94.

(a) PAULO MAIA

Apoiamiento: Lourenço Fregonese, Algaci Túlio,

Colombino Grassano, Emilia Belinatti, Ovídio Constantino e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Tal emenda objetiva exatamente dar autonomia aos estabelecimentos de ensino, procurando respeitar este princípio, democratizando a gestão escolar dando a cada estabelecimento, o direito de reger sua conduta e sua forma de resolver seus problemas e encontrar suas próprias soluções.

O projeto retorna às Comissões para os pareceres necessários.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Clevelândia, com sede e foro naquele Município. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Bom Sucesso - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Os itens 1, 5 e 7 serão apreciados em bloco.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 089/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera artigos do Decreto nº 3.926, de 17.10.88, e dá outras providências. (SANEPAR). COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 365/93

Curitiba, 11 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 370/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 053/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo alterar disposições do Decreto nº 3.926, de 17 de outubro de 1988, que regulamenta os serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Preliminarmente, convém esclarecer que

o ato que se pretende alterar não se trata de decreto-lei, como menciona o autógrafo, cuja figura foi excluída do processo legislativo com o advento da nova ordem constitucional, instaurada pela Carta de 1988, e sim de simples decreto regulamentar, ato administrativo da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Além do que, sendo a lei um ato jurídico complexo, emana efeitos jurídicos muito mais amplos, não condizentes, portanto, com questões meramente regulamentares.

Inobstante essas razões de ordem técnica, o Projeto reveste-se de flagrante inconstitucionalidade ao eximir o usuário do pagamento da tarifa do mês, quando ocorrerem eventuais atrasos nas interrupções dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, para efeito de manutenção, casos fortuitos ou força maior: Ora, tais isenções causam significativa alteração no orçamento da Companhia, o que prejudica sobremaneira seu programa de obras e liquidação de compromissos assumidos.

Outro aspecto que inviabiliza a medida diz respeito às obrigações que a mesma impõe a essa Assembléia Legislativa e que, constitucionalmente, não são de sua competência, tais como: a apreciação de todo o investimento da SANEPAR; análise das tarifas; apreciação e modificação das tabelas de remuneração dos diversos serviços por ela prestados. É incontestável que a Assembléia Legislativa compete a fiscalização dos atos do Poder Executivo, nos termos dos artigos 74 e 75 da Carta Estadual, que se referem ao controle externo por ela exercido, porém, tal prerrogativa não pode e não deve descer a particularidades a exemplo das contidas no plano de lei em referência.

Convém ressaltar ainda que o plano prevê a participação de um membro, por município, no Conselho de Administração da SANEPAR, o que, obviamente, é impossível, dado que o Estado tem hoje mais de trezentos e noventa municípios.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício.

(O Proj. de Lei nº 53/93 encontra-se publ. no D.A. nº 11/93, de 08.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 89/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do

Curitiba, terça, em 10.05.94

Deputado Carlos Simões, que altera artigo do Decreto nº 3.926/88, (que regulamenta os serviços prestados pela SANEPAR), e dá outras providências.

A negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a referida proposição, está em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/94, veto aposto ao Projeto de Lei nº 565/93, de autoria Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 581/93

Curitiba, 27 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 539/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 565/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, para os efeitos da aposentadoria de que trata o art. 35, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, considerar-se-á como de efetivo exercício nas funções de magistério as atividades docentes a qualquer título, as técnicas-pedagógicas e outras específicas dos demais especialistas em educação, exercidas em estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus e, inclusive, em funções de Secretaria, biblioteca e diretoria. Visa, também, idêntico benefício ao período em que o servidor público ocupar cargo de representação associativa ou sindical do Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque afronta os mandamentos contidos no art. 66, inciso II, da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a re-

serva".

Por oportuno, é anexada cópia autêntica de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, que demonstra detalhadamente outros aspectos da inconstitucionalidade da medida, assim como aponta vasta jurisprudência firmada através de recentes Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 565/93 encontra-se publ. no D.A. nº 131/93, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 565/93

P A R E C E R:

A presente proposição veta projeto de lei que dispõe sobre aposentadoria de professores da rede estadual de ensino e dá outras providências, e que foi comunicado a este Poder através do Ofício DTL/SAT nº 581/93.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente proposição a encontramos dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/94, veto aposto ao Projeto de Lei nº 480/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que institui o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 037/94

Curitiba, 11 de abril de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 017/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 480/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Programa de Crédito Educativo para estudantes de curso universitário, desprovidos de recursos, próprios ou familiares, para custeio dos estudos.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque, ao vincular recursos não previstos na vigente "Lei de Meios", afronta os mandamentos contidos nos arts. 133 e seguintes da Carta Estadual.

Por outro lado, vale lembrar que o assunto foi analisado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela da Fazenda, as quais, ressaltando os já citados vícios de inconstitucionalidade de que está eivada a medida, opinaram pelo veto total. Foi, ainda, ouvida a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI, cujo Titular, também opinando pelo veto, manifestou-se nos seguintes termos:

"Estamos de acordo com as ponderações já encaminhadas pela Secretaria de Planejamento, abordando principalmente os aspectos orçamentários e programáticos.

Cumpre, ainda, destacar que os beneficiários do programa a que se refere o Projeto de Lei são alunos das Faculdades Particulares (PUC, FAE, TUIUTI, POSITIVO, etc., somente da Capital) e a demanda será significativa, exigindo desta Secretaria uma reformulação estrutural para atender ao trabalho de exame das solicitações.

Por outro lado, o Governo do Estado já despende cerca de 10% da receita tributária na manutenção das 16 (dezesesseis) Instituições Estaduais de Ensino Superior, com ensino gratuito, cuja qualidade está a exigir grandes investimentos em laboratórios, bibliotecas, espaço físico, qualificação de docentes, etc., etc.. Ademais, o Governo tem dado apoio financeiro a algumas Instituições Municipais e Particulares do interior do Paraná, exigindo-se, em contrapartida, a gratuidade do ensino ou, pelo menos, redução das mensalidades.

Ressaltamos, ainda, que o Governo Federal, responsável constitucional pelo ensino superior, mantém o Sistema de Crédito Educativo, através da Caixa Econômica Federal.

Em conclusão, somos pelo veto do Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei em referência."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 480/93, encontra-se publ. no D.A. nº 122/93, de 13.09.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 29/94

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto 29/94 aposto ao Projeto de Lei 480/93 de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados, lembrando que para rejeição dos vetos serão necessários 28 votos NÃO.

Votando SIM, estarão aprovando os vetos, votando NÃO estarão rejeitando.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada para votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, conforme acordo feito com o grande líder Renato Adur, eu tinha duas proposições de Veto na Ordem do Dia.

Entrei com dois pedidos de destaque. Acordo feito, pedi para que fosse retirado um dos pedidos de destaque, e foi pedido à Mesa. E a Mesa retirou o outro Projeto, trocaram aquele que teria que ser retirado.

Então, pediria que este equívoco fosse reparado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Plauto, esta Presidência acabou de assumir os trabalhos. Estávamos cumprindo outras atividades recepcionando neste Parlamento o Embaixador do Kwait.

Quando colocamos em votação os destaques, e o de V.Exa. foi o primeiro a ser colocado, a Mesa leu o inteiro teor do requerimento. V.Exa. naquela ocasião não se manifestou e a Presidência não tinha conhecimento do acordo que V.Exa. fez com o Deputado Renato Adur.

Portanto apresentamos ao Plenário o pedido de destaque de V.Exa. e o Plenário aprovou. Cabe a esta Presidência depois que já havia acontecido este equívoco - na hora da leitura não vi, porque estava certo que este problema já estava solucionado - e agora depois que vi o que estava a-

Curitiba, terça, em 10.05.94

contecendo, estou pedindo para que esta questão seja revista.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, havíamos inclusive no início da Sessão, nos pronunciado dizendo que haviam quatro requerimentos na Mesa que teriam aprovação da nossa Bancada, independentemente da votação individual a cada um.

Agora, a questão do número do Projeto, do número do Veto, não cabe a nós conferir. Devolvo o problema à Mesa, foi aprovado em Plenário, acho que cabe à Mesa seguir a norma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência foi informada pela Assessoria, que a Assessoria do Deputado Plauto Guimarães compareceu à mesa e solucionou a retirada de um dos requerimentos, e o requerimento que foi solicitado para ser retirado foi aquele que se retirou, permanecendo o outro.

Diante dessa situação a Mesa não tem como atender a Questão de Ordem do Deputado Plauto Guimarães, e permanece a votação das três proposições que o Plenário aprovou para que fosse em bloco apreciadas.

O SR. PLAUTO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Peço para que coloque ao Plenário, ele que decida. Coloque em votação essa questão do requerimento, que vote-se novamente, abra-se um precedente e coloque na mesa para que seja votado em Plenário o que deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. solicita que esse Projeto não seja apreciado em bloco, e sim o outro.

O SR. PLAUTO GUIMARÃES - Exatamente. Houve um erro na hora da retirada do pedido de destaque, um erro da Mesa. Apresentei os dois e foi tirado o pedido errado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, a Mesa não errou, quem errou foi V.Exa. de não prestar atenção naquilo que está acontecendo dentro do Plenário.  
(Prossegue a chamada Nominal).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicito a V.Exa. que justificasse a ausência do Deputado Arlindo Troian que foi vítima de um acidente automobilístico, mas sem maiores gravidades. Foi socorrido, está bem, mas está impedido de comparecer na Sessão de hoje, mas amanhã se Deus quiser, estará presente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se a justificativa na ausência do Deputado Arlindo Troian.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à 2.<sup>a</sup> chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e sete (27) Deputados compareceram à votação.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Encerramos a discussão das demais proposições, que retornarão à Sessão de amanhã.

Queremos registrar a presença do Vereador Paulo Salamunni, da Câmara de Curitiba; de João Batista Lopes dos Santos, Sub-chefe da Casa Civil; Adolfo Mariano da Costa, ex-diretor do Arquivo Público do Paraná; e a presença do Dr. Vitório Siup-tica, que comparece a este Poder no dia de hoje.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o distrito industrial do médio Noroeste do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a Discussão.

OF/DTL/SAT Nº 391/93

Curitiba, 30 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 413/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 296/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo criar o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado, com sede em Cianorte e área de abrangência envolvendo vários municípios daquela Região. Prevê também a destinação de recursos orçamentários, por um período de cinco anos, para implementação de tal medida e visa adotar outras providências.

O plano de lei em referêncianão pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, uma vez que impõe certas obrigações ao Governo do Estado que afetam diretamente as atribuições e estrutura dos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela criação dos pretendidos programas e projetos especiais de desenvolvimento industrial, referidos em seu art. 2º. Desta forma transgredir os preceitos do art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, que atribui ao Governador do Estado iniciativa privativa para a propositura de

tais matérias.

Outro fator que inviabiliza a sanção refere-se à destinação de recursos orçamentários para os fins de que trata a pretendida lei, conforme expressa seu art. 3º. Neste aspecto, cabe lembrar que a norma proposta encontra barreira no art. 133 da já referida Constituição Estadual, o qual determina que a propositura de leis referentes à matéria orçamentária são de iniciativa do Poder Executivo. Já o § 2º, do supracitado art. 133, determina que nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.

No que tange à alegação de que o projeto também é contrário aos superiores interesses públicos, cabe transcrever informação da Secretaria de Estado do Planejamento que assim expressa:

..."Entende-se que o instrumento "Distrito Industrial" não é o adequado para a criação de programas e projetos especiais de desenvolvimento industrial, objetivando a implantação de pequenas e médias empresas em municípios.

Em passado recente, existiu uma proliferação de distritos industriais, nos mais diversos municípios brasileiros, o que absorveu vultosas somas de escassos recursos do setor público, sem que os objetivos de tais iniciativas tivessem sido alcançados. O resultado concreto de tal política foi a montagem de diversas infra-estruturas, para a atração de investimentos privados, que ficaram ociosas, enquanto os municípios, enfrentavam carências de outras iniciativas do setor público, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes."...

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 296/93 encontra-se publ. no D.A. nº 84/93, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 095/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná.

A negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a Discussão.

OF/DTL/SAT Nº 407/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 021/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Estado do Paraná, em toda rede de ensino, a partir do ano letivo de 1994, disciplinando, ainda, sua implantação e desenvolvimento.

A negativa de sanção ao referido plano de lei, que embora verse sobre programa de natureza sanitária, decorre de vício de inconstitucionalidade, tendo em vista o preceituado pelo artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador a iniciativa privativa do processo legislativo sobre matérias que versem sobre atribuições das Secretarias de Estado, e pelo art. 133, da mesma Carta, o qual estabelece que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual. Neste aspecto, cabe esclarecer que não há a inclusão de tal programa na Lei nº 10.394, de 15.07.93 - Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1994, nem, tampouco, no Orçamento Plurianual 1992/1995.

Embora não se possa deixar de reconhecer a importância e o elevado alcance social da medida proposta, seus efeitos, caso convertida em lei, se tornariam inócuos por forçosa inaplicabilidade. É indiscutível que a orientação para a prevenção da cárie dentária é válida e até necessária, porém, dirigida no sentido de indicar dieta alimentar ideal, visitas periódicas ao dentista, selamento, uso de flúor, e controle do uso do açúcar refinado, como es-

Curitiba, terça, em 10.05.94

tabelece o projeto, são medidas, se não utópicas, certamente impossíveis de serem adotadas pela maioria da população, cuja renda mal permite a sobrevivência familiar, quanto ao fornecimento, pelo Estado, de "Kits" contendo pasta e escovas de dentes, vale repetir que, inexistem recursos financeiros para tal, considerando as vultosas importâncias que seriam necessárias e que, sem sombra de dúvida, iriam causar prejuízos significativos a outras metas prioritárias da Educação, como, por exemplo, a oferta integral de vagas escolares à clientela de 1º e 2º Graus da Rede Oficial de Ensino, o que bem caracteriza a contrariedade da matéria aos superiores interesses públicos.

Por outro lado, não pode se configurar como ação de didática curricular. A escola deve oportunizar educação geral e específica completa. Como tema, já permeia os currículos escolares, sendo amplamente divulgado por todos os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 021/93 encontra-se publ. no D.A. nº 04/93, de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 105/93

P A R E C E R:

O Executivo vetou o Projeto de Lei nº 021/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Foram cumpridas as exigências legais e regimentais.

A matéria, portanto, está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 250/93, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 418/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 466/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 250/93, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a comercialização, classificação e recebimento do fumo de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, exportadoras e de comercialização em geral, serão efetuadas na fonte de produção, com a participação do produtor-vendedor e da empresa ou firmas compradoras, conforme específica e adota outras providências.

Embora se reconheça a louvável preocupação de seus autores o Projeto de Lei em causa não pôde merecer acolhimento por ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, porque, pela forma como está posto, enseja interpretações dúbias, não apresentando, portanto, as necessárias condições de exequibilidade.

A adiante transcrita informação prestada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento apresenta mais detalhada argumentação dando conta da necessidade de veto à medida:

"Em atenção ao seu pedido sobre o Projeto de Lei nº 250/93 - classificação e comercialização de fumo, informamos que esta Secretaria já se posicionou por ocasião da tramitação do referido Projeto e enviou para a Assembléia Legislativa as seguintes considerações:

a) O artigo 4º obriga as empresas integradoras a comprarem toda a produção, proposta que nos parece exagerada e conflitante com os princípios da economia de mercado. Tal medida, além do duvidoso caráter legal, permitiria aos produtores rurais promover uma indefinida ampliação da produção, eventualmente sem mercado. O que nos parece correto é que as empresas fumageiras honrem, integralmente, os contratos, adquirindo toda a produção previamente pactuada. Aliás, algumas empresas já negociam os novos contratos estipulando, inclusive, o número de pés a ser cultivado pelo produtor, para evitar a ampliação da área de cultivo ou o aumento da densidade de plantas por hectare.

b) O teor do artigo 5º merece uma ressalva. Nem só fumicultores se intoxicam nem a intoxicação tem origem só na produção de fumo. Pode ser questionada a legalidade das empresas arcarem com o ônus de tratamento médico-hospitalar. Obviamente, é recomendável adoção de providências para proteger a saúde dos produtores e dos tra-

balhadores rurais, envolvendo, inclusive, programas de treinamento e, se for o caso, de seguro-saúde.

c) Caso haja discordância de classificação do fumo, a CLASPAR, empresa vinculada a esta SEAB e especializada em classificação, está sempre à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Informamos que, durante o período de classificação a CLASPAR já vem mantendo um técnico junto à principal empresa compradora (SOUZA CRUZ) na unidade industrial de Rio Negro - PR."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 250/93, encontra-se publ. no D.A. nº 75/93, de 09.06.93.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 116/93

P A R E C E R:

O veto oposto ao Projeto de Lei nº 250/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, foi apostado dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual, a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema casa rural. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 001/94

Curitiba, 10 de janeiro de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 530/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 084/92, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a construir e financiar moradias, no sistema "Casa Rural", no âmbito do Estado, estabelecendo



requisitos para o financiamento, bem como formas de pagamento das respectivas prestações.

O plano de lei em referência, embora revestido de significativa importância social, não pôde merecer acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que conflita com os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual, que vedam o início de novos programas sem previsão orçamentária, e é evidente que seriam necessárias vultosas somas de recursos para dar suporte a semelhante empreendimento, e que atualmente são indisponíveis. Pela própria magnitude do plano e pela sua projeção temporal, já que é de execução permanente, mesmo por imperativo constitucional, calcado nos dispositivos supramencionados, teria, forçosamente, que estar previsto no Orçamento Plurianual de Investimentos e mesmo na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Porém, vale frisar que o veto aqui apostado, não significa despreocupação do Governo com relação à carência de um sistema de financiamento habitacional ao homem do campo, apenas, no momento inexistem recursos, bem como previsão orçamentária para tal, como já foi dito, todavia, estudos poderão ser realizados para que, um futuro próximo, a pretensão do autor do presente plano de lei venha a ser efetivada.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 84/92, encontra-se publ. no D.A. nº 29/92, de 07.04.92.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 18/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 084/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema CASA RURAL.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre

Curitiba, terça, em 10.05.94

a mesa, Requerimento nº 1131 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1151 e 1152, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1155, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência concede a palavra ao Senhor Afonso Kramer, representando o Movimento "Grito da Terra-Brasil", para que se manifeste junto a este Poder Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 089, 095, 105 e 116/93; 015, 018 e 029/94.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/93.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 206/92; 341/93; 044, 133, 134, 135, 137 e 139/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/94.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final aos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 743/93, Projeto de Lei nº 043/94 e Projeto de Lei nº 057/93, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a



tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência da Deputada Emilia Belinati. Constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Florisvaldo Fier apresentou parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n° 639/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente  
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência da Deputada Emilia Belinati. Constatada a existência de número legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 341/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 20/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e quatro reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Túlio, Lourenço Fregonese e Dr. Rosinha. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 61/94 de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Com parecer do Deputado Dr. Rosinha FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados: Ademar Traiano, Antônio Costenaro e Algaci Túlio. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 003/94, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 206/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril, do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 015/94, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 017/94, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 005/94. Relator: Deputado Luiz

Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
Cynthia Natal Tanus - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 063/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 018/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para

Caritiba, terça, em 10.05.94

constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
Solange Nann - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 065/94. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Antonio Costenaro que apresente o seu Parecer ao Projeto de Lei nº 065/94. Parecer pela aprovação. Colocado em discussão e posterior votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente  
Rubens Bremer - Secretário